

Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus

Orgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 14/28 Janeiro de 1975 Preço \$300

PELO AVANÇO DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

A crise económica e política em curso entrou numa fase decisiva. Fase decisiva não só para a luta emancipadora dos explorados e oprimidos mas também para a burguesia dominante ameaçada nos seus privilégios de classe.

Plano económico, unicidade sindical, eleições e liberdades eis as questões em torno das quais a estratégia burguesa de recuperação política da actual situação, de procura de novas formas de exploração e dominação das classes trabalhadoras, se vai afirmando.

Impor uma reconversão da economia capitalista nacional à custa da miséria e do esforço redobrado dos trabalhadores, dividi-los, utilizar as eleições para impor uma estabilização política à custa da sua repressão e exploração e do isolamento dos oficiais progressistas do M. F. A. e em nome das liberdades burguesas, eis a estratégia da burguesia e das forças políticas que a representam. Com efeito, despojada no 28 de Setembro das suas facetas «progressista» e «liberal», a burguesia conta ainda, no seu arsenal de máscaras, com as facetas «democrática», «popular» e «socialista». A estas forças políticas, ao serviço da burguesia e do capitalismo internacional, que agora empunham o estandarte da liberdade para melhor submeterem o povo trabalhador é preciso responder afirmando que a verdadeira liberdade só existe numa sociedade sem classes.

Continua na pág. 2



**Aos militantes do
M.E.S.
e ao Povo Português:**

Em nome do M.P.L.A., em nome dos militantes e combatentes de Angola, desejaria dizer aos militantes do Movimento de Esquerda Socialista, ao povo português, que neste momento os nossos destinos, como no passado, são comuns. Nós não poderemos nunca ter uma democracia em Portugal e um regime reaccionário em Angola, ou vice-versa. E por isso, a nossa cooperação deve ser uma cooperação efectiva no sentido de fazer com que as forças progressistas portuguesas e angolanas possam controlar o poder político em ambos os países. Todos nós conhecemos as dificuldades que temos por causa da interferência do imperialismo nos nossos países. Nós temos consciência das contradições internas entre grupos reaccionários e grupos progressistas em ambos os países e pensamos que neste momento é necessário unir os nossos esforços, é necessário cooperar, entre as organizações progressistas, entre o povo angolano e o povo português, de maneira a obtermos a verdadeira independência, a verdadeira liberdade, e nós termos portanto a possibilidade de construir (se não for imediatamente o mundo pelo menos parte da humanidade) construir nessa parte da humanidade uma vida não somente de igualdade e de liberdade, de usufruto co-

mum para todas as classes trabalhadoras das riquezas, das capacidades materiais de cada país.

O M.P.L.A., que é uma organização progressista, tem experiência do que é a ofensiva do imperialismo. Nós sabemos perfeitamente como é que o imperialismo actua e temos uma dolorosa e vitoriosa experiência disso. Nós sabemos que não estamos ainda livres dos ataques do imperialismo, nem dos ataques dos oportunistas que se apresentam como progressistas em cada país. Nós sabemos que haverá dificuldades enormes, mas será a nossa determinação, a nossa decisão, a nossa firmeza de carácter como indivíduos e como organizações que vão orientar os povos respectivos, os povos de cada país, para a vitória. E essa vitória nós esperamos que ela seja principalmente para as camadas mais exploradas de ambos os povos.

Continua na pág. 2



Continuação da pág. 1.

na sociedade comunista e que, portanto, longe de serem os seus defensores pretendem sim ser os seus covéis. É sobretudo preciso responder lutando consequentemente pelo socialismo, onde apenas haverá liberdade para a classe operária e seus aliados na caminhada da revolução socialista.

O P. S. como chefe de fila dos novos defensores da «liberdade» não podia com efeito escolher melhor comemoração para «continuar a sua luta» do que o 31 de Janeiro, símbolo das liberdades burguesas e republicanas, que em 1891 significavam também liberdade de explorar e oprimir os povos das colónias, e da instrumentalização da movimentação das massas populares aos interesses de classe da burguesia democrática. Só que agora se trata de invocar a «liberdade» para defender a interpretação direitista do programa do M. F. A. e impedir o avanço do processo revolucionário.

O aprofundamento da crise política em curso, a agudização da luta política, criaram uma situação de divisão no seio do bloco reformista que a manter-se terá importância no avanço da luta das classes trabalhadoras em Portugal. Esta divisão entre o P. S. e o P. C. que se aprofunda precisamente numa data que simboliza a unidade antifascista em que sistematicamente os interesses de classe do proletariado foram colocados a reboque dos interesses de camadas burguesas, mostra claramente a riqueza da situação política que vivemos.

Esta divisão no seio do bloco reformista, a que não é alheia a crise das metrópoles imperialistas e a alteração das relações EUA/URSS, impõe mais do que nunca a necessidade da crítica rigorosa do reformismo, mostrando a sua incapacidade, seja qual for a sua faceta, de construir e levar por diante uma alternativa global ao sistema de exploração e dominação capitalista. Incapacidade que mantém sempre aberta a porta do reentendimento entre as forças reformistas e de aventuras perigosas para os interesses da classe operária e dos seus aliados, como seja, no nosso caso concreto, a formação de um Governo exclusivamente militar.

Numa situação em que um novo alinhar de forças se está a fazer em torno da defesa das liberdades burguesas, que são antes de tudo a liberdade de explorar e oprimir, para tentar impor uma saída favorável aos interesses da burguesia financeira da crise económica e política do capitalismo português: a construção de um regime autoritário de fachada democrática. Numa situação destas, só a movimentação das massas trabalhadoras na luta contra a exploração e opressão capitalistas, não de forma isolada ou parcelizada mas de forma global, criando órgãos de poder operário e popular pode assegurar a vitória no duplo combate em que todos os revolucionários têm de estar empenhados: o combate às tentativas burguesas de encontrar novas formas de dominação e exploração das classes trabalhadoras e o combate à direcção reformista da luta de massas.

Na actual situação em que a luta pelo socialismo está na ordem do dia e a questão do poder tem importância fundamental, só o desenvolvimento de um poderoso movimento de massas anticapitalista pode fazer avançar o processo revolucionário. Nesta situação a luta contra a realização das eleições pode surgir claramente como uma luta contra uma pretensa expressão da vontade popular e afirmar-se como uma luta pela transformação da Assembleia Constituinte numa Assembleia Popular que exprima efectivamente a vontade do povo trabalhador tomando como base da sua formação, não o individualismo burguês, mas a organização colectiva das classes trabalhadoras e das populações na resolução dos seus problemas imediatos e na defesa dos seus interesses.



General Spínola — «O meu sentido de lealdade proíbe-me de trair o povo a que pertence e para o qual, sob a bandeira de uma falsa liberdade, se estão preparando novas formas de escravidão.»

(Discurso de demissão — 29 de Setembro/74)

Mários Soares — «O Partido Socialista está certo de que o povo português não deseja mais uma ditadura, tenha o sinal que tiver presente-se ou não disfarçado, por exemplo, sob a capa de uma democracia popular.»

(«República» 27 de Janeiro/75)



Freitas do Amaral — «Cabe no entanto referir que o C. D. S. vem, de há meses a esta parte, insistindo no especial respeito que lhe merece a atitude do Partido Socialista e, em particular do seu secretário geral, na defesa da democracia pluralista em Portugal. Sem outros intuitos que não sejam os de respeitar a verdade e fazer justiça, têm os dirigentes do C. D. S. manifestado em diferentes ocasiões o seu apreço especial pelo tratamento que, à problemática da democracia no nosso país, tem sido dado pelo dr. Mário Soares. E têm também sido de elementos do P. S. as provas mais positivas relativamente ao nosso reconhecimento como partido democrático na cena política portuguesa.»

(do relatório do secretário-geral do CDS 21 de Janeiro/75)

MPLA-MES

Continuação da pág. 1.

Uma delegação do Movimento de Esquerda Socialista, da qual faziam parte cinco elementos, da Comissão Política Nacional e do jornal «Esquerda Socialista», encontrou-se ontem com uma delegação do Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.), composta pelo presidente Agostinho Neto, Lúcio Lara, comandante Iko Carreira, Paulo Jorge e Carlos Rocha, com quem tiveram demorada troca de impressões sobre a actual situação política em Angola e em Portugal, com vista a uma articulação de esforços na prossecução de objectivos políticos comuns, sobretudo os que dizem respeito ao desenvolvimento da luta anti-imperialista.

Durante o encontro, decorreu de uma forma muito amigável, exprimindo bem a solidariedade que uniu até hoje os dois movimentos na luta anticolonial

comum, foram abordadas as novas condições de luta política criadas pela queda do fascismo e do colonialismo, para a qual a luta armada dos movimentos de libertação das colónias portuguesas foi decisiva, tendo-se estudado a essa luz formas concretas de colaboração entre os dois movimentos e entre o povo angolano e o povo português, nos vários campos de luta.

Após o encontro o presidente Agostinho Neto dirigiu, através do jornal «Esquerda Socialista», uma mensagem de saudação aos militantes do Movimento de Esquerda Socialista e ao povo português, em nome dos militantes e combatentes do M.P.L.A.

SECRETARIADO DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL DO M.E.S.

SEDES ABERTAS:

- Viana do Castelo R. de Altamira, 65/67
- Braga Av. da Liberdade, 354
- Porto R. 31 de Janeiro, 150-2.º
- Telef. 319569
- Guarda R. Marquês de Pombal, 65
- Seia R. Capitão António Dias
- Peniche R. Salvador Franco, 54
- Lisboa Av. D. Carlos I, 146-1.º
- dt.º Telef. 607127 e 607128.
- R. Rodrigues Sampaio, 79 r/c
- Portalegre R. da Oliveira, 61
- Beja Praça da República, 34
- Castro Verde R. Nascimento Costa.
- Faro R. Castilho, 9
- Ponta Delgada R. Tavares Resende, 100.



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem realizado um trabalho incansável de esclarecimento e integração na sociedade em relação a todos aqueles que saíram fisicamente diminuídos da guerra colonial.

Vai realizar dia 31 uma sessão de esclarecimento no Pavilhão dos Desportos. É o seguinte o texto da convocação:

Camaradas,
No próximo dia 31 de Janeiro, pelas 21 h, vai esta Associação promover uma sessão de esclarecimento e consciencialização no Pavilhão dos Desportos.

Nesta sessão intervirão membros do M.F.A. (Comissões Coordenadoras e Dinamizadoras Central).

Pretendemos com esta realização para além de despertar para a vida pro-

ductiva os milhares de deficientes civis e militares que até aqui apenas conhecem a esmola como meio de subsistência, consciencializar toda a população trabalhadora para as reais capacidades do deficiente.

Entendemos que, só quando o povo for senhor dos seus destinos, poderá haver uma perfeita reintegração dos marginalizados.

Estamos certos que, no momento político que atravessamos e dada a orientação dos trabalhos com base na destruição dos restos fascistas que ainda nos ameaçam, esta sessão poderá ser um passo em frente pela conquista das liberdades do Povo.

Desde já contamos com o vosso apoio para a divulgação da sessão que queremos venha a ser uma autêntica jornada de união entre todas as forças progressistas.

O «E. S.» VENDE-SE EM FRANÇA

Livrairie Portugaíse,
33 Rue Gay-Lussac,
75005 Paris (Telf. 033.46.16).

Propriedade do
Movimento de Esquerda Socialista
Composto e impressão em
Renascença Gráfica, S.A.R.L.
Rua Luz Soriano 44, Lisboa
Jornal semanal / todas as 4.ª - feiras



MANIFESTAÇÃO

31 JANEIRO 19,30 ENTRECAMPOS

O momento que se vive é de excepcional importância para a luta que opõe as classes trabalhadoras à burguesia. Esta, vendo-se ameaçada de perder os seus privilégios e sentindo-se impotente para defrontar o operariado e os trabalhadores através dos processos já sobejamente denunciados, varia de tática e muda de cara, agrupando-se à volta de forças propagandeadas como democratas e socialistas e batendo a tecla da defesa das liberdades.

Uma nova maioria silenciosa surge na cena política. O seu objectivo é combater a aliança entre a luta dos explorados e oprimidos e as posições progressistas do M.F.A. A sua intenção é pôr termo ao processo revolucionário em curso.

Urge denunciar e atacar mais esta manobra da burguesia. Urge tornar claro que os trabalhadores estão firmemente dispostos a contrariar todas as manifestações que procurem impedir o avanço do movimento de massas contra o poder do capital explorador e opressor. Urge desmascarar todos aqueles que, invocando o programa do M.F.A. mais não pretendem do que isolar os oficiais progressistas do M.F.A. e boicotar o apoio do M.F.A. à luta das classes trabalhadoras.

Por tudo isto, o Movimento de Esquerda Socialista, consequente com as posições que vem assumindo no processo de luta de classes, convoca a classe operária, as massas trabalhadoras e todos os explorados e oprimidos a comparecerem em força nas ruas de Lisboa para, desta forma, fazer face à provocação que representa uma manifestação convocada para defender as liberdades burguesas e a interpretação reacçãoária e formalista do programa do M.F.A.

É este o momento decisivo para os trabalhadores proclamarem bem alto que não estão dispostos a pagar a crise provocada pelo capital, que dizem não aos despedimentos, não à subida galopante do custo de vida, não às manobras fraudulentas dos capitalistas. É o momento de exigir o amplo e efectivo saneamento, é o momento de levar à prática medidas concretas de ataque ao poder do capital controladas pelos próprios trabalhadores: nacionalização da banca e dos seguros, das indústrias básicas, do comércio externo, dos circuitos fundamentais do comércio interno e dos transportes; a expropriação dos latifúndios e das terras dos grandes agrários; nacionalização imediata de todas as empresas nacionais e estrangeiras que efectuem despedimentos colectivos ou actos de sabotagem económica. É o momento decisivo para combater a burguesia combater igualmente a direcção reformista da luta de massas.

O M.E.S., face à gravidade da actual situação política, entende que chegou à altura das massas trabalhadoras tomarem decididamente a iniciativa na luta contra a exploração capitalista. Só assim será possível impedir a vitória das opções políticas que pretendem impor um regime autoritário de fachada democrática como forma de salvar um capitalismo agonizante à custa da exploração redobrada dos trabalhadores.

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

DESMASCAREMOS OS FALSOS SOCIALISTAS!

CONTRA AS MANOBRAS DA BURGUESIA!

POVO-M F A

PELO AVANÇO

DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO!

AVANTE PELO PODER OPERÁRIO E POPULAR!



As necessidades de desenvolvimento do capitalismo monopolista, a busca do alargamento permanente da sua base de acumulação, levaram o capital a procurar as suas fontes de riqueza fora das fronteiras de origem.

Os países capitalistas desenvolvidos buscam nas nações exploradas, além das matérias-primas de que carecem, uma mão-de-obra mais barata, uma vez que os quadros do seu desenvolvimento interno já não permitem tais graus de exploração.

Para conseguir estes objectivos o capital escolhe as nações onde exista uma classe operária tradicionalmente «docil», em consequência de todo um sistema opressivo em que a repressão patronal e policial se dão as mãos, impondo duríssimas condições de trabalho, uma certa «estabilidade» social e um Governo a soldo dos interesses dos exploradores.

É a fase imperialista do capitalismo. A partir desse momento, trata-se não só de explorar essas fontes de riqueza, mas também de preservar o «direito» à exploração.

Quais são, então, as táticas de que o imperialismo se socorre para a manutenção da sua garra exploradora nos demais países?

A par da mais desenfreada pilhagem na busca do máximo lucro no mínimo espaço de tempo, manipulam-se os Governos — chegam-se mesmo a criar «Governos fantoches», a fim de garantir a sua «fidelidade» — e desmembra-se todo o potencial revolucionário dos explorados, quer pela criação de centrais sindicais «amarelas» (que mais não fazem que hipotecar os verdadeiros interesses dos trabalhadores), quer ainda pelo privilégio, ao nível da remuneração, de certos sectores da produção, criando uma enganosa «aristocracia» operária, presa fácil do reformismo.

No entanto, as táticas utilizadas pelo imperialismo para garantir a defesa dos seus interesses têm, por vezes, que passar por formas ainda mais subitas.

É o caso das multinacionais, isto é, empresas que repartem por diversos países as várias fases do ciclo da produção, desde a extracção das matérias-primas até ao acabado no mercado. Estas multinacionais, para além de procurarem nações com uma mão-de-obra mais barata, boas condições de rentabilidade e «estabilidade», visam sobretudo uma permanência que possa superar as eventuais instabilidades políti-

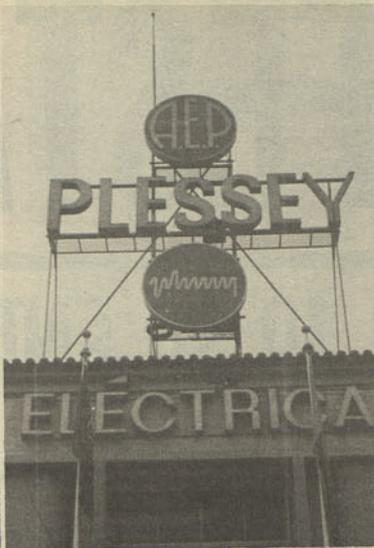
cas ou sociais, quer ameaçando «levantar a tenda» à mais pequena reivindicação salarial, quer tornando infrutíferas quaisquer nacionalizações, uma vez que são elas que controlam todo o ciclo da produção.

Nacionalizar apenas um sector de uma multinacional tem como consequência o boicote no fornecimento das matérias-primas e ou a inexistência de mercados onde colocar o produto, que não sejam a própria empresa multinacional.

Portugal reuniu durante muito tempo e até ao 25 de Abril, as condições ideais para que o imperialismo se implantasse.

Assim, muitas foram as empresas estrangeiras (americanas, alemãs, francesas, inglesas e japonesas) que investiram no nosso país, abrindo fábricas que, na maior parte dos casos, se limitavam a transformar total ou parcialmente a matéria-prima importada, que depois regressava ao país de origem para ser incluída no fabrico de aparelhos de técnica muito avançada.

No entanto, a Plessey Automática Eléctrica Portuguesa (P. A. E. P.), de capital inglês, não é um caso típico de uma multinacional, mas um caso particular, dado que cerca de 70 por cento da sua produção se faz a partir de matéria-prima nacional e se destina a um mercado interno.



Imperialismo em acção

todas as reivindicações de salários ou de ritmos de trabalho.

Era vulgar, todos os anos, nos meses de Verão (principalmente Julho e Agosto), verificarem-se despedimentos, em especial das operárias que não podiam dar o rendimento exigido: as mais novas na fábrica e as mais idosas.

Em Janeiro de 1973 as operárias da P. A. E. P. iniciaram uma luta cujo objectivo era ficarem abrangidas pelo Contrato Colectivo de Trabalho para o ramo do material eléctrico que acabara de ser elaborado. Na sua proposta inicial, esse C. C. T. estabelecia o ordenado mínimo de 4800 escudos.

A administração enviou então comunicados para o Ministério das Corporações e para o Grémio, afirmando que, se o Contrato fosse aprovado, a Plessey fecharia.

Quando em Agosto do mesmo ano foi publicado o C. C. T. da construção civil, alguns delegados sindicais

zer que não comportava os «autos».

Os patrões, retomando uma questão antiga, disseram que teriam de encerrar o sector das matrizes e, em Outubro, numa reunião com o Conselho de Trabalhadores, ameaçaram que a empresa iria fechar e propuseram, a quem se quisesse «livremente» demitir, no prazo de quinze dias, pagar-lhe a indemnização legal, acrescida de 10 por cento. Quem não se quisesse demitir ficaria a trabalhar, a meio tempo, até Abril, recebendo no máximo, o ordenado mínimo nacional. Em Abril a fábrica seria definitivamente encerrada.

É evidente que os trabalhadores não aceitaram estas propostas e, como ao fim de mais quatro reuniões não se tivesse chegado a acordo, o assunto foi exposto ao Ministério do Trabalho.

Entretanto, contactados os trabalhadores ingleses, foram obtidas várias informações acerca de desvios de encomendas para a ilha de Malta e de uma série de encomendas canceladas.

Em face destes dados, a administração considerou-se incompetente para negociar, tendo solicitado directamente a presença dos administradores ingleses.

Em meados de Dezembro foram interrompidas as negociações com o patro-

nato, e os trabalhadores encarregaram uma comissão de fazer um estudo sobre as possibilidades de reconversão da empresa, tendo esta chegado à conclusão de que era possível criar novos postos de trabalho dentro da empresa.

A administração inglesa porém, manteve a proposta que já tinha sido apresentada pelos patrões portugueses, aumentando a indemnização e prorrogando o prazo de encerramento para Agosto.

Como os trabalhadores não tivessem aceitado também esta proposta, os patrões ingleses ameaçaram com o encerramento da PAEP em Janeiro deste ano, «findos os prazos legais».

Imediatamente os trabalhadores da Plessey decidiram proibir a entrada nas instalações de quase todos os técnicos ingleses. Perante tal situação a administração inglesa viu-se obrigada a aceitar as negociações e a pôr de parte a questão dos despedimentos, exigindo, no entanto, como condição, a entrada dos técnicos ingleses nas instalações da empresa, ao que os trabalhadores acederam.

Neste momento, os trabalhadores aguardam as respostas a um questionário que foi entregue aos administradores ingleses e preparam-se para prosseguir na sua luta pelo direito ao trabalho, contra os despedimentos.

pensaram na possibilidade da sua aplicação à P. A. E. P., pois esta encontrava-se filiada no Grémio da Construção Civil.

Neste sentido que se desencadeou uma luta que viria a culminar, em Outubro, com a greve geral de três dias em todos os sectores de Cabo Ruivo e Corroios.

Apesar de não terem conseguido o almejado C. C. T., os trabalhadores alcançaram, pelo menos, aumentos salariais da ordem dos 500 escudos.

Finalmente e após a arbitragem, foi enviado ao Ministério das Corporações um contrato colectivo para o sector de material eléctrico, para homologação.

Como em Março do ano passado essa homologação ainda não tivesse chegado, as operárias decidiram entrar em greve. Esta greve, porém, desencadeou-se apenas em algumas secções, não tendo sido secundada pelas restantes, pelo que durou poucas horas.

Preparados para a luta

... A nossa luta apresenta duas fases. A primeira, é a legalista, digamos, a fase das negociações, das reuniões, das propostas, etc. — afirmou ao «E. S.» um elemento do Conselho de Trabalhadores da Plessey.

Uma segunda se seguirá, se necessário for, em que lutaremos pelo nosso inalienável direito: o direito ao trabalho. Estamos preparados para tudo! Mesmo nesta fase legalista, temos boas perspectivas. O Ministério do Trabalho tem alterado um pouco a sua postura: inicialmente tinham-nos aplicado com a «chapa» das multinacionais — o material que vem «não sei de onde» e depois de manufacturado vai ser vendido «não sei onde», etc. No entanto, nós explicámos que o nosso caso é um pouco diferente, pois isso só se passa nas matrizes e, no restante, cerca de 70 por cento do nosso mercado é nacional. Agora que o Ministério já acha que não se podem aceitar os despedimentos, vamos lá a ver qual a atitude que vai tomar.

— É que os patrões ingleses andam para aí a preparar uma «golpaca». O capital social que era de 50

mil contos, foi aumentado para 200 mil, por incorporação de reservas. A princípio pensamos que fosse para arranjar dinheiro em caixa para pagamentos à vista. Mas não: deve tratar-se de um golpe para o caso de a empresa vir a ser nacionalizada.

— É muito estranho que a administração da Plessey esteja disposta a pagar 40 mil contos de indemnizações e não se disponha a investir apenas 6 mil em novos produtos para uma reconversão da empresa.

Ainda não sabemos com que fito eles tomam estas atitudes, estamos convencidos de que eles não querem, para já, perder o mercado africano que é abastecido através de Portugal.

— Se eles nos quiserem despedir, teremos que recorrer às nossas armas. Para já, contamos com o apoio dos trabalhadores ingleses (há em Inglaterra umas oito ou nove fábricas da Plessey, também ameaçadas de encerramento). Os trabalhadores estão unidos e a defesa dos seus direitos e não aceitarão os despedimentos. Estamos preparados para o que der e vier!

Antes do 25 de Abril

Os 4 mil operários da P. A. E. P. — na sua grande maioria mulheres — que se encontram divididos por duas fábricas (Cabo Ruivo e Princesa-Corroios), desde há muito que tomaram consciência da exploração de que são vítimas.

Com salários de 1500 a 1800 escudos, obrigadas a um ritmo de produção intensivo e péssimas condições de trabalho — rara é a operária que não precise de óculos ao cabo de três anos de trabalho na empresa — as operárias da P. A. E. P. encontravam-se

numa situação de sobre-exploração, não possuindo sequer um Contrato Colectivo de Trabalho.

A acrescentar a tudo isto, as operárias eram sujeitas a um tratamento opressivo por parte dos encarregados-policiais, laçaios dos patrões (que agora, longe de terem sido saneados, ostentam emblemas de partidos muito «democráticos», «socialistas» e até «comunistas»).

A ameaça de desemprego foi sempre uma arma que a administração da Plessey utilizou para travar

Acordar para a luta

Uma das consequências da greve de Março foi o despedimento de uma operária acusada de andar a distribuir papéis que incitavam à greve. Porém, logo após o 25 de Abril, as operárias exigiram que a administração readmitisse a camarada despedida, o que foi conseguido com a condição de ser aberto um inquérito às suas «actividades»...

Logo em Maio, o Contrato Colectivo foi homologado após uma manifestação que partiu da «Voz do Operário» com destino a Belém. Estabelecido um ordenado mínimo de três mil escudos, que após o período de experiência passava a 4800 escudos, a administração da Plessey, como a de muitas outras multinacionais, começou logo a di-



Da vaga de despedimentos, falências e encerramentos a que assistimos grande parte resulta de manobras do patronato que pretende fazer com que sejam os trabalhadores a pagar a crise do capital.

Neste sentido é de grande importância que os trabalhadores fiscalizem o modo como cada empresa é gerida.

Esta fiscalização não pode de modo nenhum significar gerir o capital, isto é, destacar trabalhadores para ajudar a administrar a empresa. Na verdade, a participação na gestão não resolve por si, os problemas. Há sempre que ver ao serviço de quem é exercida: se os trabalhadores vão dirigir uma fábrica dentro dos princípios do lucro e continuando a encher bolsos que não pertençam a quem trabalhou, de nada serviu participar na gestão. Esta gestão pelos trabalhadores é, sim, fundamental quando eles possam determinar os objectivos e modo de actuação da empresa, numa palavra: quando tal lhes permita abolir a exploração e orientar a produção de acordo com as necessidades das massas trabalhadoras (produzindo o que faz falta e não o que dá lucro).

Entendida nos devidos termos, a fiscalização da gestão da empresa terá fundamental importância para impedir sabotagens económicas de todo o género.

É dentro desta óptica que se inscrevem as recentes movimentações na TAP, onde os trabalhadores têm procurado que lhes sejam explicadas certas orientações da administração que parecem um tanto difíceis de compreender. Mas vamos aos factos.

Os trabalhadores tomaram conhecimento (por portas traveiras) de que há negociações para a venda de dois aviões, um dos quais de carga. Isto parece estranho até porque é sabido que a TAP tem recentemente recusado contratos

para transportes (é disto exemplo o carregamento de tecidos do Porto para Londres que está a ser feito por uma companhia inglesa).

Além do mais, um dos aviões a ser vendido (um 707) fora comprado (em 1970) pela Calcedónia em péssimo estado de conservação. A TAP gastou milhares de contos com o seu arranjo. É estranho que agora o vá vender. Finalmente, a recente notícia da aquisição pela TAP de três aviões poderia levar a pensar tratar-se de simples substituição da frota; mas não é assim: para além de estarem em bom estado os aviões a vender, um deles é de carga o que não é o caso de nenhum dos que foram comprados.

Ora isto acontece ao mesmo tempo que o PERT, grupo que estuda a reestruturação da TAP (onde aliás se incluem vários nomes indicados para serem saneados), o dr. Zinck dos Reis afirma que "para tornar a empresa rentável será necessário despedir mil e seiscentos operários!

A POSIÇÃO DOS TRABALHADORES

Em Plenário, dia 17, foi aprovada uma proposta onde se declara não aceitar despedimentos sem justa causa ainda que se invoque qualquer reestruturação ou nacionalização da empresa. Simultaneamente não se aceita qualquer venda de aviões nem a saída de algum que eventualmente já tenha sido vendido. A moção foi levada ao Governo, M. F. A. e administração. É convocado um plenário para dia 20 para saber as respostas e decidir sobre:

1.º — Possível ocupação da TAP mantendo porém todos os serviços no seu normal funcionamento, caso a

“Obriguem os capital a pagar a própria crise”

administração da empresa não cancele a transacção prevista;

2.º — Apreciação de uma possível nacionalização da empresa a propor pelos trabalhadores;

3.º — Possível criação de uma Comissão de Trabalhadores de apoio à Comissão Sindical.

Antes deste plenário é distribuído um comunicado da administração em que se afirma a existência de elementos que se aproveitam dos despedimentos para criar um clima emotivo, tentar comprometer a administração e provocar sabotagem económica. Quer dizer: a administração despede e vende aviões; são os trabalhadores que fazem a sabotagem económica!

No Plenário, ficou o intuito de reforçar a moção aprovada no dia 17, é apresentada para discussão a seguinte moção:

Os trabalhadores dos TAP reunidos em Plenário Geral no dia 20/1/75, no refeitório da companhia, tendo em atenção os propósitos escandalosamente

reaccionários do conselho de administração que visam o prejuízo directo da classe trabalhadora, decidem em aditamento e reforço da moção aprovada em 17/1/75:

1) Exigir a extinção imediata do grupo PERT.

2) Não permitir a venda de aviões, nem a saída de qualquer unidade que eventualmente tenha sido vendida.

3) Que os eventuais prejuízos que se venham a verificar nos próximos 2 anos, e inclusive no ano de 1975 sejam totalmente suportados pelos capitalistas que exploram os TAP.

4) Impedir qualquer tentativa de despedimento em massa ou sem justa causa.

5) Início imediato do processo de saneamento.

6) Propôr ao Governo a anulação do Decreto-Lei n.º 783/74 datado de 31 de Dezembro de 1974 emanado do Ministério do Trabalho, que permite despedimentos motivados por reestruturações das empresas.

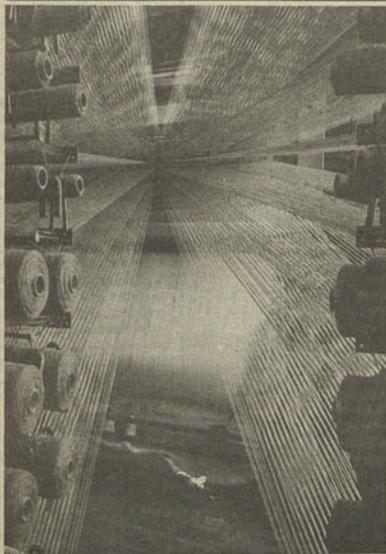
7) Criar um conselho de trabalhadores.

A discussão e votação começou já no plenário de dia 23 e prolongar-se-á por mais algumas sessões.

Note-se que o 1.º ponto foi rejeitado por se considerar que não cabe aos trabalhadores gerir o capital, logo nomear a comissão que há-de reestruturar a empresa. Considerou-se que sendo a TAP empresa capitalista, a atitude dos trabalhadores deve ser de permanente fiscalização e rejeição de todo e qualquer acto que prejudique os interesses dos trabalhadores. Dentro desta orientação foi aprovado o 2.º ponto.

A luta contra as várias manobras do patronato só pode ser vitoriosa se for levada a cabo por todos nos locais de trabalho e em toda a parte onde o poder do capital se fez sentir.

Na TAP, podemos estar certos disso, os trabalhadores saberão responder às manobras do capital, pois eles já mostraram há muito que estão dispostos a tomar nas suas mãos a luta, que é diária, contra a exploração e a opressão.



EUROFIL

PORQUE QUEREMOS O SANEAMENTO

Vive-se na EUROFIL, no momento actual um clima de preocupação e dúvida, derivado a dois pontos fundamentais:

1.º — A boataria que venenosamente são introduzidos junto de nós, tentando provocar a confusão e que os trabalhadores lutem contra os trabalhadores.

2.º — O eng.º Quina diz que a empresa está financeiramente mal, mas continuam cá dentro da fábrica «parasitas» que ganham salários chorudos (mais de 15 contos), que nada fazem ou produzem e que só querem que chegue o fim do mês para receber o «salário». E há talvez alguns que só cá vêm receber o «salário»?

A QUEM INTERESSAM OS BOATOS

Só interessam a algumas pessoas comprometidas

com o regime fascista, aos lacaios e «lambe-botas» do Capital, e aos que antes do 25 de Abril, tratavam os operários como «animais» e que agora até se dizem «democratas», que com o 25 de Abril viram chegar ao fim o seu «reinado».

Reinado esse que todos nós amargamente conhecemos, para alguns de nós foi o despedimento da empresa ou o castigo arbitrário por corajosamente lutar-mos pelos nossos direitos, para outros foram as perseguições e as represálias que nunca mais puderam auferir aumentos salariais ou subir nos quadros hierárquicos da empresa. Ora essas pessoas nada interessadas na queda do fascismo, vêm depois do 25 de Abril lançar-se desesperadamente contra os trabalhadores, procurando dividi-los, está claro não usando as armas que usavam antes agora era preciso usar outras, e como tal inventa-se a mentira, a calúnia, o boato, etc., etc.,

Os objectivos que esses lacaios do capital querem atingir, estão bem à vista: a nossa divisão.

E ISTO ESTÁ A ACONTECER PORQUÊ?

Porque nós trabalhadores logo a seguir à queda do fascismo, devíamos ter feito o saneamento. Como não o fizemos, permitimos que os «vendidos» ao capital continuassem cá dentro.

Nós, operários da Eurofil, conscientes da nossa força vamos sanear os elementos comprometidos com o fascismo e todos os «vendidos» ao capital. Porque o saneamento é uma componente importantíssima da luta democrática e temo-lo

de levar até às últimas consequências, porque em Janeiro de 1975, algumas estruturas deste País ainda estão nas mãos dos comprometidos com o fascismo e dos aliados do capital.

Assim colocamo-nos ao lado de todos os trabalhadores que lutam pelo saneamento e principalmente daqueles que lutam contra o desemprego, como é o caso dos trabalhadores da Nutripol, Portugalá, Cambournac, Grão-Pará, Torralta, etc.

Porque a nossa luta é a de todos os trabalhadores portugueses, é pela destruição da sociedade capitalista, para construirmos a sociedade socialista e avançarmos para a sociedade comunista.

— A CLASSE OPERÁRIA VENCERÁ

— NÃO AOS DESPEDIAMENTOS

— AVANTE NA LUTA PELO SANEAMENTO

Um grupo de trabalhadores da Eurofil

Transcrevemos a seguir um comunicado de um grupo de trabalhadores da «Eurofil» em que se fala

dos problemas que se têm levantado na sua luta pelo saneamento e contra os despedimentos.

CRISE DO CAPITALISMO



CRISE DO CAPITALISMO PORTUGUÊS

Estamos num processo de crise global da dominação da burguesia no nosso país que, a nível da sua expressão económica, se revela pela desarticulação dos mecanismos em que se baseava a acumulação do capital, fundamentalmente na sobre-exploração do trabalhador assalariado, e na exploração colonial que se traduzia não só na exploração directa dos povos das colónias como também num processo de exploração comercial e financeira, onde a burguesia portuguesa aparecia como parceiro menor da burguesia imperialista.

Estes dois aspectos fundamentais da acumulação capitalista em Portugal estão postos em causa, depois do 25 de Abril pelo avanço da luta da classe trabalhadora ao conseguir impor aumentos de salários que vieram pôr em causa o nível em que se baseava até o próprio alinhamento da economia portuguesa na Divisão Internacional do Trabalho, embora esses aumentos salariais conseguidos estejam a ser recuperados através dos aumentos de preços.

Este processo tem-se traduzido aliás a nível interno, no reforço da hegemonia económica do sector dominante da burguesia, o capital financeiro, mas dada a extrema dependência da economia capitalista portuguesa esses aumentos de salários não podem ser totalmente recuperados através dos aumentos de preços, e temos visto todo um conjunto de sectores, principalmente os sectores de exportação entrarem em crise.

Por outro lado o processo de descolonização, no prosseguimento da luta victoriosa dos povos das colónias, conduzida pelos seus movimentos de libertação pôs efectivamente em causa todo o processo de exploração colonial e

portanto afectou também gravemente a acumulação do capital em Portugal.

A crise do capitalismo português, é mais extensa que a crise do sistema capitalista a nível mundial é uma crise que vai ao fundo dos mecanismos de acumulação e portanto põe a nu toda a irracionalidade, toda a desorganização da economia capitalista.

O AVANÇAR DA LUTA OPERÁRIA

Na actual situação é fundamental ultrapassar um estágio que mais ou menos caracterizou a luta operária desde o 25 de Abril, em que predominou a parcelização da luta contra a exploração e a opressão sobretudo nos locais de trabalho, para um estágio onde a classe operária e os seus aliados lutem claramente, não só, por objectivos parcelares, mas sobretudo por objectivos políticos globais. Nesse sentido, as nacionalizações seriam um deles, extremamente importante até para impedir que todo um conjunto de lutas de vanguarda acabem por cair em bocos sem saída, por terem descurado esta questão que é cada vez mais decisiva.

Trata-se pois, neste momento, de afrontar as questões globalmente e tentar aproveitar todas as potencialidades das lutas parcelares em torno de objectivos bem definidos que marquem no fundo passos irreversíveis na caminhada para o socialismo.

NACIONALIZAÇÕES E LUTA PELO SOCIALISMO

A questão das nacionalizações tem de ser vista num contexto em que a própria natureza de classe do 25 de Abril está em aberto.

Nesse sentido para nós, as nacionalizações têm o seguinte significado: são uma forma importante de ataque ao capital. O processo de nacionalizações

tem de estar voltado para a desarticulação da base económico-social do fascismo e dos grupos financeiros, nesse sentido ter-se-ia de partir não, fundamentalmente, do sector onde a desorganização da economia capitalista se faz sentir, que são os sectores de circulação das mercadorias e da circulação do capital. Portanto, aparecem como pontos decisivos, a nacionalização da banca privada, dos seguros, a nacionalização do comércio externo e interno dos produtos essenciais e dos transportes.

É deste modo que se pode por um lado, desarticular os grupos financeiros e atacar de uma forma global a economia capitalista portuguesa no sentido de abrir uma via de transformação radical e, por outro lado, responder aos problemas fundamentais que se põem aos trabalhadores, neste momento que são: os problemas de despedimento e, da subida do custo de vida.

É subordinado a isto que se põe depois a actual situação a nível do sector produtivo.

Sem nacionalizações da banca privada, por exemplo não faz sentido nacionalizar empresas do sector industrial.

Quanto ao sector produtivo põe-se fundamentalmente, ainda dentro daqueles objectivos de destruição da base económica-social do fascismo e da desarticulação dos grupos financeiros, a nacionalização dos sectores básicos.

É neste contexto que nós vemos a questão das nacionalizações e vemos-la como um aspecto fundamental da luta pelo socialismo em Portugal, uma vez que para nós a tomada do poder pelos trabalhadores tem de estar articulada com todo um processo de organização e de luta dentro da sociedade capitalista e não é independente a forma como se avança após a toma-

da do poder pelos trabalhadores da forma como esse poder foi conquistado.

Aliás as experiências históricas das revoluções socialistas mostram-nos isso.

É fundamental que antes da tomada do poder pelos trabalhadores haja já construída uma alternativa global ao sistema de dominação e exploração capitalista, a classe operária tenha já hegemonizado os seus aliados tenha já mostrado que é capaz de ser efectivamente uma classe dirigente na sociedade.

REFORMA AGRÁRIA

Nos campos as medidas imediatas que preconizamos são: no Sul do País a expropriação dos latifúndios, e nas zonas de pequena propriedade o ataque aos sectores não propriamente produtivos, mas que subjagam e oprimem as camadas pobres do campo, isto é, o financiamento e a distribuição dos produtos (intermediários etc.).

Não encaramos a tradição questão agrária como se tem posto sempre ao movimento operário; para efectuar a sua aliança com as camadas camponesas, não colocamos a questão fundamentalmente no terreno da produção. Na nossa perspectiva não se trata de um problema de repartição de terras uma vez que não é concebível uma reconversão agrária, seja ela em que sentido for sem um ataque poderoso à espera da circulação das mercadorias e do capital. Portanto aos problemas de financiamento e da distribuição.

É, assegurando a direcção da produção agrícolas aos explorados e oprimidos, através dos seus órgãos de poder que se consegue atacar a dominação capitalista dos campos, e impedir a recuperação pela burguesia de todo o processo de reconversão.

Por outro lado há que

SECTOR ESTATAL E LUTA DE CLASSES

Nesse sentido há para nós um aspecto fundamental, que é a criação de um sector estatal, que não concebemos como um factor pacificador da luta de classes. Será para nós fundamental que esse factor estatal seja um sector onde a luta da classe operária, a luta dos trabalhadores, esteja bem viva e presente até porque assume formas extremamente ricas, uma vez que aí será impossível separar a luta económica da luta política, e portanto todas as formas de controlo operário e de um modo geral controlo dos trabalhadores sobre a produção serão ao mesmo tempo formas de controlo sobre o aparelho de Estado.

Há que lutar contra supostas expressões de poder popular através de organismos centralizados e estreitamente controlados pela cúpula e que não darão margem de manobra nem liberdade à iniciativa criadora das massas.

COORDENAR AS LUTAS E ÓRGÃOS DE PODER DOS TRABALHADORES

As nacionalizações tendem de ser feitas sob controlo dos trabalhadores exigem a constituição de órgãos de poder das massas trabalhadoras a nível das empresas nacionalizadas, que podem ser os órgãos que já foram criados na luta após o 25 de Abril que são as comissões de trabalhadores, e haveria de criar um órgão a partir dessas comissões e que representaria no sector estatal todos os trabalhadores que aí se exprimam não só de um modo parcelado, a nível de cada empresa, mas de um modo global não só restrito ao campo económico mas sobretudo ao campo político.

Expressariam, portanto esses órgãos os interesses da classe operária

COMBATER O CAPITAL

A nacionalização da banca não serve à defesa dos interesses do sector dominante da burguesia antes os ataca no seu cerne. Simplesmente aquilo que pode resultar deste processo é

caminhar-se para a constituição de um capitalismo burocrático de Estado, que ainda por cima teria uma certa fachada socialista.

É contra isso que nós lutamos e para nós todo este processo coloca-se numa perspectiva de desenvolvimento da luta de massas e simultaneamente de retirar a luta de massas à sua direcção reformista.

Neste sentido, todo este processo de ataque ao capital é para nós também um processo de fortalecimento da luta de massas e um processo onde outra batalha a travar é contra a direcção reformista da luta de massas, pela criação de uma unidade efectivamente revolucionária da classe operária e dos seus aliados que permita um avanço irreversível no sentido do socialismo.

COORDENAR AS LUTAS E ÓRGÃOS DE PODER DOS TRABALHADORES

As nacionalizações tendem de ser feitas sob controlo dos trabalhadores exigem a constituição de órgãos de poder das massas trabalhadoras a nível das empresas nacionalizadas, que podem ser os órgãos que já foram criados na luta após o 25 de Abril que são as comissões de trabalhadores, e haveria de criar um órgão a partir dessas comissões e que representaria no sector estatal todos os trabalhadores que aí se exprimam não só de um modo parcelado, a nível de cada empresa, mas de um modo global não só restrito ao campo económico mas sobretudo ao campo político.

Expressariam, portanto esses órgãos os interesses da classe operária

COMBATER O CAPITAL

A nacionalização da banca não serve à defesa dos interesses do sector dominante da burguesia antes os ataca no seu cerne. Simplesmente aquilo que pode resultar deste processo é

Por outro lado há que

avançar no fortalecimento de todo um conjunto de órgãos de poder, de controlo e de fiscalização no sector não estatal, e há que caminhar no sentido progressivo da coordenação a nível de sector, a nível regional e a nível nacional de todas estas formas.

Por outro lado consideramos essencial a articulação organizativa do movimento das massas camponesas com o proletariado urbano e os sectores oprimidos das cidades. Queremos com isto dizer que não fará sentido para nós um controlo popular sobre sectores nacionalizados ou expropriados que não se articule directamente com as necessidades sentidas pelo povo trabalhador das cidades.

DESARTICULAR A BASE ECONÓMICO-SOCIAL DO FASCISMO

O que está em causa é fundamentalmente o garantir uma maior margem de manobra, e condições mais favoráveis de luta aos explorados e oprimidos do nosso País, através de um objectivo táctico a médio prazo que é a passagem da divisão do poder político à dualidade de poder através do fortalecimento do movimento de massas em torno de objectivos claramente anticapitalistas através da criação de órgãos de poder operário e popular e na prossecução desse objectivo táctico a médio prazo forçar a tomada de medidas concretas que ataquem em todos os seus aspectos não só a economia capitalista portuguesa (portanto desarticulando os grupos financeiros e a base económico-social do fascismo) mas também avançando com o saneamento a nível do aparelho de Estado, das empresas privadas e das Forças Armadas e através da limitação da margem de manobra dos capitalistas, portanto, do reforço de margem de manobra para a classe operária e seus aliados.



A FALÊNCIA DO REFORMISMO

O sinal mais evidente da crise que o reformismo atravessa hoje em Portugal encontra-se nas críticas de tantos trabalhadores às forças reformistas, por não apoiarem greves e manifestações operárias. Esta crise é tanto mais paradoxal dada a presença das forças reformistas no Governo e o fortalecimento da sua organização, alargando-a a todo o país.

Se o reformismo, seja qual for a sua faceta, não conduz à Revolução Socialista, há que ter em conta que a acção das várias forças reformistas apresenta diferenças decisivas que é necessário não esquecer na luta pelo socialismo.

A faceta claramente contra-revolucionária do reformismo é a social-democracia que, visando apenas do ponto de vista dos

princípios a instauração da sociedade socialista, pretende alcançá-la pela paulatina introdução de reformas. A social-democracia assenta na convicção de que, de reforma em reforma, se desembocará um dia, pacífica e consensualmente, na sociedade socialista. A social-democracia não põe, portanto, a questão da Revolução Socialista nem a do papel que a violência desempenha na superação da sociedade capitalista.

A social-democracia aceita e privilegia, assim, a luta política e institucional, ou seja, o funcionamento dos órgãos de poder político do Estado Burguês. A social-democracia limita os seus esforços aos arranjos e concessões de cúpula, à participação governativa e ao jogo eleitoral. Para a social-democracia, o trabalho político primordial é a «consciencialização» do eleitor de modo

a prepará-lo para votar «bem». Para a social-democracia, a luta de massas é algo a reprimir, mais ou menos frequentemente, e, quando muito, algo que permite a «consciencialização ao vivo» das bases eleitorais.

A social-democracia é assim obrigada, em Portugal e na situação actual, a empenhar-se a fundo na institucionalização da democracia burguesa. A crise da social-democracia exprime-se hoje em Portugal por esta estratégia burguesa, eleitoralista e orientada para a conquista de uma nova legalidade constitucional que garanta a estabilização política que será sempre obtida à custa da repressão e do amordaçamento da classe operária e dos seus aliados. A social-democracia opõe-se já hoje com clareza a uma estratégia revolucionária virada decididamente para a transformação radical das relações de força e políticas da nossa sociedade.

No entanto, a social-democracia não é a força fundamental no seio do bloco reformista nem aquela que tem dirigido a luta operária. No nosso país, portanto, o reformismo caracteriza-se fundamentalmente, no campo das alianças de classe, pela tentativa de conciliar interesses antagónicos, atrasando deste modo a tomada de consciência do proletariado da autonomia dos seus interesses de classe e retraindo a sua luta.

A aliança de classes defendida pelo reformismo acenta na ilusão de que existe uma fase democrática onde o verdadeiro desenvolvimento (capitalista) se dará, liquidando o atraso fascista, tentando fazer crer às massas que os monopólios e os latifúndios são o principal obstáculo ao desenvolvimento capitalista e à elevação do nível de vida da classe operária, como se os monopólios e os latifúndios (muitas ve-

zes ligados ao capital financeiro) não resultassem do próprio desenvolvimento capitalista e iludindo a questão de que o poder económico nas mãos das camadas burguesas não-monopolistas levaria a um desenvolvimento baseado em salários e condições de trabalho ainda mais desfavoráveis.

No entanto, se esta aliança de classes não aparece claramente às massas trabalhadoras no tempo em que o «antifascismo» era o aspecto dominante da luta política conduzida pelo reformismo, na actual situação da crise económica e política da burguesia, o «antimonopolismo» mostra-se mais claramente às massas trabalhadoras como a expressão da conciliação dos interesses pequeno e médio burgueses com os interesses do proletariado, pois até são os monopolistas que mais despedimentos fazem, que menos contratos cumprem, que mais empresas fecham

A estratégia reformista assenta igualmente na separação da luta económica e da luta política dos trabalhadores. Reduzindo a luta política à defesa e alargamento das liberdades democráticas, o reformismo subordina-lhe a chamada luta reivindicativa (por sua vez reduzida a aumentos salariais que compensem a subida do custo de vida e à melhoria das condições de trabalho).

Para garantir que efectivamente a «luta reivindicativa» não põe em causa a defesa das liberdades democráticas, o reformismo, ao mesmo tempo que tenta controlar burocraticamente todo o movimento sindical, é levado a ir contra todas as lutas autónomas que põem em causa a sua táctica. Esta necessidade de canalizar as lutas dos trabalhadores para os limites sindicais ficou bem expressa na reacção a muitas lutas de vanguarda e contribuiu, entre razões, para o

seu isolamento.

Assim, o reformismo traduz-se numa linha de conciliação de classes que coloca objectivamente o proletariado a reboque dos interesses da burguesia democrática, numa aliança secundária com o M. F. A., no conter da iniciativa das massas populares, no privilegiamento das cúpulas sindicais e políticas.

.. A crise do reformismo, bem expressa em certas alterações tácticas, prende-se com a crise de dominação da burguesia em Portugal. A linha política do reformismo abre brechas em dois pontos que podem vir a ser assumidos de forma generalizada pelas massas trabalhadoras:

— a separação da luta económica da luta política é insustentável na fase actual da luta de classes e os trabalhadores sentem, de forma crescente, que não há duas lutas, uma contra a reacção pela defesa das liberdades democráticas e outra reivindicativa. Os trabalhadores sentem cada vez mais que só a luta pela emancipação pode efectivamente consolidar e aprofundar as condições mais favoráveis de luta existentes.

— o «antimonopolismo» surge agora com todo o seu significado. Ao contrário do período em que o antifascismo tudo absorvia e a subida do custo de vida podia ser apresentada como o problema fundamental, na situação actual as opções aparecem cada vez mais claramente como opções de classe e os trabalhadores sentem que o adversário é o capital, é a burguesia, monopolista ou não.

.. A crise da dominação da burguesia gera, portanto, igualmente uma crise do bloco reformista e cria as condições para um projecto político alternativo ao reformismo e à dominação capitalista se forjarmos a prática e na luta de massas.

FALENCIA DO REFORMISMO

PARA UMA ESTRATÉGIA

Entrevista à organização italiana



AVANGUARDA OPERAIA surgiu na cena italiana nesse tempo politicamente fértil que foi o das lutas operárias do «Outono Quente» de 1968, precisamente no norte (em Milão), onde as lutas assumiram então formas e conteúdos de vanguarda.

Após o 25 de Abril, camaradas da organização visitaram Portugal, tendo pela primeira vez iniciado contactos com o MES, a quem convidaram para estar presente no Congresso Nacional de Outubro de 74. Na impossibilidade material de estar representado, o MES não quis deixar, na primeira ocasião encontrada, de captar o significado político desse encontro.

Assim, semanas depois, um representante do «Esquerda Socialista» entrevistou em Roma, na sede do Quotidiano dei Lavoratori, jornal da organização, os membros da direcção regional de Roma, Paolo Ottaviani e Paolo Sacerdoti.

AVANGUARDA OPERAIA foi recentemente convidada pelo MES para assistir ao seu I Congresso Nacional.

E.S. Qual o significado político do vosso recente Congresso Nacional?

PO. Antes de mais, devo sublinhar que este é, de facto, o 4.º Congresso da Organização, mas o primeiro que fazemos com um aspecto nacional, divulgado para o exterior, aberto a todas as forças políticas do arco da esquerda revolucionária, e também revisionista, e a qualquer tipo de camaradas interessados na nossa discussão.

Aberto por dois motivos: primeiro porque no nosso anterior Congresso, fizemos um balanço da nossa organização e fixámos-nos um objectivo realista: tornarmos dentro de um ano numa organização nacional. Quer dizer: nós nascemos não como Lotta Continua e Manifesto, como organizações nacionais, mas numa cidade: em Milão, em 1968-69. Depois crescemos para Veneza, Perugia, Roma, Verona, etc. Para isso, propusemo-nos consolidar a organização onde ela estava já presente, chegando à fusão com os grupos da área leninista, fazendo para isso um discurso unitário. Chegámos à aglutinação com vários grupos leninistas de todo o país (1). Quisemos, com o Congresso, ratificar esta união e afirmar que somos uma organização nacional que, como tal, faz o seu discurso político para o exterior.

Em segundo lugar, porque elaborámos o nosso discurso político e estratégico sobre a construção do partido, tomando-o como um momento central da

nossa actividade. E, no último ano, nas nossas teses, apontámos duas possibilidades: uma diz respeito à relação com os grupos de esquerda extra-parlamentares Lotta Continua e Il Manifesto, outra à relação com a área larguíssima de camaradas que estão fora mas se referem a essa mesma esquerda revolucionária e a que nós chamamos **área da revolução**. Estão entre estes muitos católicos de esquerda saídos da batalha pelo referendo (sobre o divórcio) e que fizeram a sua opção de classe, comités antifascistas de estudantes, proletários, pequeno-burgueses e alguns radicais de orientação anticapitalista, etc. Foi seguindo estas duas vias que fizemos o Congresso. Com as organizações da esquerda revolucionária o discurso que fazemos é claro, a situação é delicada e difícil e há uma nítida referência de um amplo estrato de camaradas à esquerda revolucionária como «esquerda em geral» e não como grupos particulares, e é pois necessário que os três grupos superem o estágio de luta ideológica e o sectarismo que os separa até agora, e que cheguem a uma relação de unidade-luta mais orgânica. O nível de luta estudantil é o mais avançado. No ano passado tivemos comités unitários de base, formámos uma estrutura nacional que levou por diante uma série de iniciativas unitárias. Este ano tenta-se uma unidade de acção ao nível de delegados de estudantes. Fizemos sobre isto

um seminário comum com Il Manifesto. Fizeram-se várias assembleias comuns. E assim se vai avançando de um modo unitário para uma série de iniciativas importantes.

A mesma coisa ao nível de fábrica onde nós temos comités de base, Lotta Continua os seus núcleos (que restam das assembleias autónomas de fábrica) e Il Manifesto a sua presença nos conselhos de fábrica e nos sindicatos. Também aqui fizemos uma proposta a partir do que existe, de chegar a uma assembleia unitária dos delegados operários dos três grupos e de preparar uma plataforma comum de luta.

É este o discurso sobre a unidade que fazemos. E

óbvio que ao lado da unidade deve verificar-se uma luta ideológica e política sobre os pontos divergentes que permanecem. As críticas políticas substanciais que nos separam permanecem e tomam-se tanto mais em consideração quanto mais se é unitário. Uma vez estabelecido o terreno de unidade consegue-se melhor o confronto.

E.S. Quer dizer, vocês procuram lançar essa operação unitária sobre o terreno da luta, da prática, não desprezando a unidade no campo ideológico e teórico. Esta operação, segundo percebi, tem uma referência ao leninismo.

PO. Sempre nos definimos como organizações marxistas-leninistas.

AUTONOMIA

NAO JUSTIFICATIVA NEM CRITICA

E.S. Mas que tipo de posição têm vocês perante o marxismo-leninismo tal como é hoje posto em prática na China? Para vocês o marxismo-leninismo passa pelo maísmo?

PO. Com certeza. Seguimos o marxismo-leninismo-maísmo, embora não façamos referência a um país qual. Não temos essa posição justificativa em relação à China. Sobre isso houve entre nós uma série de discussões internas. Por outro lado havia a preocupação de alguns camaradas em não justificar a priori a política da China. Daí a atitude de dizer que os chineses em política externa cometem erros, fazem uma política que, em muitos casos, não é revolucionária. Pelo contrário, há a atitude maioritária e que foi aprovada pelo Congresso, e que foi a seguinte: recusamos o papel de país guia, mas declaramos que na China existe a ditadura do proletariado. Declaramos que a China, por um lado, como Estado Socialista com um peso caracterizante e significativo, tem o dever de se defender, e por outro lado, tem um problema de relação, enquanto Estado, com os outros estados com as outras forças políticas, com os outros movimentos de libertação.

Ao lado deste, existe ainda um problema ulterior: é

que a China não é a Internacional. E não o sendo não pode assumir tudo o que pretendemos. Portanto sempre que a China tome uma série de atitudes em política externa, podemos criticá-la em relação à nossa política, podemos não adoptar a mesma política externa por razões internas. Por exemplo, a China concebe a unidade europeia como ponto de fricção entre as duas potências que dividem o Mundo. Ora, nós podemos muito bem não aceitar essa política, porque a unidade europeia significa derrotar o movimento operário, significa coesão política dos estados, significa derrotar internamente as organizações revolucionárias e os fermentos sindicais, significa superamento da crise segundo certas características. Podemos registar que a China, em relação à sua colocação, tem essa posição de Estado, que nós não criticamos, mas como força revolucionária marxista-leninista italiana, não deixamos assim de estabelecer como palavras de ordem «fora com a Itália da CEE, da Europa unida».

Portanto, em relação à China, a nossa posição é de não justificativa nem de crítica de pomenor. Registamos o que faz a China mas mantemos a nossa posição autónoma.

o Congresso pensando numa mudança de estratégia, na urgência de uma resposta à crise que se agudizou em Itália, ou como resultado de um crescimento interno da organização?

PS. Ambas as coisas, porque paralelamente ao desenvolvimento da crise em Itália desenvolveram-se também forças novas no interior das lutas. Não farei portanto essa distinção nítida. A nossa organização teve no ano passado, um desenvolvimento muito grande, sob ponto de vista numérico e de presença nas lutas, tornando-se efectivamente nacional. Há pois, uma relação dialéctica entre os elementos externos de desenvolvimento da crise em Itália, e de reforço da organização. Certos pequenos grupos não aguentaram a crise. Isso é já resultado político da luta de massas.

E.S. Isso é já um juízo que vocês dão da própria crise, que ela não só é fruto de factores externos mas também internos.

PO. Certamente, e trata-se de um ponto fundamental. Para nós a crise é fundamentalmente devida à luta de classes. Sem ela não teria havido a agudização. Foi o crescimento político da formação de vanguardas revolucionárias — que não são só os grupos políticos mas largos estratos de camaradas, nos sindicatos, na área da revolução — que provocou grandemente a crise.

E.S. Nessa perspectiva a crise energética é para vós sobretudo, o despertar de classe dos povos sujeitos à opressão e ao saque imperialista. Como avalia essa crise de modo de crescimento do capitalismo — assim por ele definida?

PO. É mais do que um problema de povos, é uma crise do imperialismo internacional. Sobretudo a crise dos USA que levou à agre-

gação de uma série de estratos, portanto de países.

E.S. Qual o papel que pensis será atribuído à Itália, depois da queda do fascismo em Portugal e na Grécia, na estratégia imperialista? Refiro-me concretamente ao caso da NATO.

PS. Esse papel é atribuído à Itália, pelos USA mas é acolhido em Itália sobretudo pelo Partido Social-Democrata (de Saragat) e alguns sectores democratas. E isto, que vem já dos anos passados, torna-se de uma extrema actualidade agora. Um dos aspectos da actual crise de Governo (2) é precisamente este: a relação com o P.C. a questão da independência da Itália. O futuro do centro-esquerda gira à volta desta questão: o papel específico que a Itália joga no interior da aliança atlântica, isto é, de recuperar o que os USA perderam em Portugal e na Grécia. Porém, ao lado disto há uma consciência anti-imperialista forte, nascida nas massas, e que atravessa os próprios partidos reformistas P.C. e P.S.

É o momento de acelerar as lutas anti-imperialistas, e não só por uma questão de solidariedade, como aconteceu nos anos passados, mas por razões bem concretas. Para lá das mobilizações gerais, há também momentos de luta de massa, como na Sardenha e na Sicília, onde há bases da NATO. A questão do imperialismo torna-se para nós um problema muito concreto. A presença dos americanos em Itália é uma presença ameaçadora. A questão do Partido Social-Democrata (PSDI), as tentativas de cisão sindical, o golpismo do embaixador americano John Volpe...

E.S. É por isso que lhe chama já John Golpel

PS. Exacto.

A IDEOLOGIA DA AMEAÇA

E.S. Que importância atribuis a essa ameaça de intervenção imperialista na crise política italiana?

PO. Foi feita no Congresso uma análise muito interessante do tipo de crise, também ideológica, que

(1) Centro Lenine de Turim, Centro de Coordenação da Campagna e outras formações do Sul, Centro Lenine de Caserta, Frente Popular Revolucionária da Calábria, e um grupo de jornalistas de Partana (da Sicília) e outro ainda de Palermo, também da Sicília.

(2) A entrevista foi recolhida em Roma na segunda quinzena de Outubro, em plena crise governamental de que a Itália não saiu senão superficialmente com a criação do Governo bicolor de Aldo Moro, composto por republicanos e democratas.

ITALIA NA CRISE DO IMPERIALISMO

E.S. Mas voltando ao vosso Congresso. Teve ele uma colocação intencional, pelo que diz respeito a cri-

se italiana, ou foi um Congresso que nasceu apenas das exigências internas do movimento? Vocês fizeram

POPULAR



existe não só em Itália, mas ao nível mundial. Crise ideológica que o «referendum» manifestou de um modo muito evidente.

A burguesia tentou em Itália, ao nível ideológico, segundo as ocasiões diversas vias: a ideologia anticomunista no período da reconstrução, a ideologia do «boom» económico (o «electrodoméstico para todos»), a seguir, e neste momento, a crise ideológica procura vencê-la a burguesia com a ideologia da ameaça: a ameaça ecológica, a ameaça da mortalidade, da doença, da pobreza, do aumento do custo de vida, a ameaça do golpe, a ameaça da direita, enfim, a **Ameaça...** esta catástrofe que parece que se precipi-

ta sobre o Mundo, sobre a pequena burguesia, sobre a classe operária. É um eixo muito importante que a burguesia procura mover para emburhar e atemorizar as vanguardas revolucionárias que sobre a crise económica, se movem correctamente em termos de classe. É a chamada **ESTRATÉGIA DA TENSÃO**:

...É preciso dar uma contrarresposta a esta ideologia de ameaça. Não é que a ameaça não exista sobretudo ao nível ecológico, ao nível demográfico, do custo de vida, etc. Mas o que é preciso é dizer que a culpa desse monstro é a própria burguesia, o capitalismo, que cria condições de auto-destruição.

IMPOSSIBILIDADE DO COMPROMISSO HISTÓRICO

E.S. Precisamente sobre a questão do P.C. e do compromisso histórico. Qual é a vossa resposta estratégica à crise em Itália e qual é o vosso juízo sobre o compromisso histórico?

PS. Para nós não se trata de o compromisso ser oportuno ou não: ele é impossível. Ao compromisso histórico falta de facto, o interlocutor. A Democracia Cristã não tem intenção de ter uma «relação de Governo» com o P.C. Isso mesmo se verifica agora na actual crise de Governo, mas também nalgumas administrações municipais, onde a D.C. viu o desabar da sua administração e recusou a aliança com o P.C. Portanto o compromisso histórico é uma proposta extremamente negativa, quer porque é impraticável, quer porque cria nas massas muita confusão. Isto é, há muitos camaradas, verdadeiramente revolucionários, mesmo no interior das bases do P.C., que têm ainda a ilusão de que o P.C. pensa mais no Governo ou próximo do Governo. Isso cria, ao nível das massas, uma confusão entre poder e Governo.

Por outro lado, temos o precedente do P.S. no Governo de centro-esquerda, que nada fez na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Somos portanto contra o compromisso histórico porque é impossível, porque é uma ilusão. O que pelo contrário poderia interessar muito mais era um Partido

Comunista hoje decisivamente na oposição.

E.S. Nesta questão, então, vocês não estão de acordo com Lotta Continua que quer que o P.C. vá para o Governo?

PS. Essa posição não tem, segundo a nossa opinião, uma base concreta, quer por razões internas, quer internacionais, a saber: o papel dos Estados Unidos e do PSDI em Itália. Pelo contrário, um P.C. decisivamente de oposição poderia não digo bloquear a crise, mas dar-lhe uma evolução diversa. Isto é possível, com uma pressão dos revolucionários, das massas populares, sobre os sindicatos sobre o próprio P.C. sobre as iniciativas concretas, como o antifascismo, as medidas económicas, salários, etc.

Mas trata-se de uma estratégia que diz respeito a um trabalho que parte da base e não de fórmulas de Governo, porque pensamos que, na situação em que se encontra hoje a Itália, não se sai da crise com fórmulas governativas. Quando muito poder-se-á fazer um novo centro-esquerda, com uma política de Governo ainda mais de direita do que a que tivemos até aqui. Por exemplo, o Governo de Andreotti de centro-direita do ano passado não foi muito diferente do sucessivo governo de Mariano Rumor de centro-esquerda. Não é, portanto, uma questão de fórmulas mas de direcção política do Governo e da oposição.

DESOBEDIÊNCIA CIVIL COMO OPÇÃO

E.S. Como pensais actuar na fábrica e no terreno urbano e rural não especificamente ligado à fábrica? Em que sentido se enquadra a vossa palavra de ordem da «desobediência civil» à qual parece que se está a encontrar uma adesão de massa, sindical mesmo?

PS. Esta questão da desobediência civil tem dois aspectos. Antes de mais é uma coisa que é praticada desde há muito: recusa de pagar a renda da casa ou parte dela, recusa de pagar as tarifas do telefone, do gás, dos aumentos dos bilhetes dos transportes, etc. Com o agravamento da situação económica, estes fenómenos desenvolvem-se, estenderam-se muito clamorosamente, e a Imprensa só agora os descobriu.

O elemento novo das lutas recentes está em que se assiste hoje a uma desobediência civil organizada, organizada até a partir dos sindicatos. De uma fase espontânea de lutas isoladas, de bairros, passou-se a formas de luta de massa, organizadas. É aliás uma experiência interessante de unidade de luta, não de cúpula mas de base, entre utilizadores e trabalhadores dos serviços públicos.

A QUESTÃO MERIDIONAL COMO QUESTÃO AGRÁRIA

E.S. A desobediência civil tem-se estendido também ao campo ou permanece no âmbito das zonas urbanas? Aproveite a ocasião para tocar na questão meridional como questão agrária. Como pensais fazer a ligação entre o proletariado urbano e as massas rurais, agora que procedes a uma vasta unidade com grupos do Sul?

Os sindicatos defendiam que os serviços públicos deviam estudar eventuais formas de protesto que não prejudicassem os utentes ou que significava muitas vezes prejudicar os trabalhadores.

A experiência do caso dos transportes de Milão, guiada por um organismo autónomo de base, demonstrou, pelo contrário, que os utentes não estão dispostos a pagar o preço de mais serviços, se os objectivos comuns dos trabalhadores e consumidores estão em causa.

Agora, estas formas de luta de desobediência civil passam através das estruturas sindicais, como se revelou, entre outros, no caso do hospital Forlanini de Roma, em que os trabalhadores, através da estrutura sindical, se autoreduziram o pagamento da tarifa da electricidade na ordem dos 50 por cento. O conselho de delegados sindicais decidiu preparar vales para distribuir aos empregados do hospital para se autoreduzirem. Na prática, a estrutura de fábrica torna-se a estrutura motriz da luta de desobediência civil. A assembleia de delegados foi impedida a tal pela pressão dos comités de base operários.

no Sul, é certo, nos anos 60, que não foi de forma nenhuma autónoma, mas ligado ao desenvolvimento capitalista italiano. Foi um desenvolvimento industrial, com o que nós chamámos as «catedrais do deserto», estruturas industriais mastodónticas, mas desligadas do tecido social. Para além disso, foi uma operação demagógica que não resolveu de forma alguma os problemas da mão-de-obra no sul, porque davam trabalho a pouquíssima gente e não à mão-de-obra pouco qualificada que era a maioria. A emigração continuou, apesar dos entraves. Os mecanismos de desenvolvimento do Sul estão ligados à dinâmica do capitalismo italiano. Daí, por isso, o desemprego, mesmo intelectual no sul (estudantes que não encontram trabalho).

A par disso, desenvolveram-se no sul tentativas de luta com características várias, mesmo algumas com base bairrista ou regionalista, mas cujo inimigo comum era o poder democristão. Hoje assistimos ao aparecimento de uma nova classe operária, com uma consciência de classe forte, sem o peso de uma tradição sindical negativa.

A estrutura autónoma alternativa que nós propo-

mos aos sindicatos não está só ligada à grande fábrica setentrional, mas à exigência de organização autónoma da classe operária, presente hoje em Itália. A par disto criámos comités de base de aldeias, de bairros, organismos autónomos proletários não ligados à fábrica mas ao campesinato, que lutam pelo emprego, contra o proprietário, contra o caquice, etc. Isto veio demonstrar a necessidade de organização a partir de baixo, sobre as exigências concretas das massas. A unidade norte-sul é, pois, para nós, uma unidade de lutas e de organização, com todas as diferenças inerentes. A estrutura de defesa do emprego, de escola de comunismo, de organização a partir da base, são características presentes quer em Milão quer na Sicília. E são a interpretação leninista que hoje em Itália devemos dar das massas populares.

Em segundo lugar, hoje existe uma forte mobilidade da classe operária, entre o norte e o sul. A experiência do Comité de fábricas ou de bairro no norte, do operário emigrado do sul, permanece neste e reproduz-se no sul quando este regressa.

HEGEMONIA OPERÁRIA

PO. Não quero acabar sem fazer referência à questão da hegemonia, operária, e a importância que tem o não esquecer neste momento e sempre, o papel da classe operária e da luta de fábrica. Por um lado é importante que a classe operária defenda antes de mais a sua força de trabalho, o que é obtido ao nível de fábrica (luta contra os despedimentos, etc.). Outro elemento porém importante é que nestes últimos anos houve um salto político da classe operária, de uma visão sindical e de fábrica da própria luta, passou a uma

visão social dessa luta. Chegou ao custo de vida, à autoredução de tarifas, à ocupação das casas, etc.

Um salto de qualidade, não a todos os níveis, e talvez mesmo nem sequer ao nível consciente de toda a classe operária. Mas deu-se. Centralidade da fábrica, no sentido de hegemonia, mas organizando-se ao nível do território, para aumentar o controlo da classe operária. É claro que ao passar a esta visão social surge a necessidade, das alianças: com empregados, pequena burguesia e subproletariado.

UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO

BEJA: MANIF 2 FEV

No passado dia 24 realizou-se no Porto, no Pavilhão do Académico e perante a assistência de milhares de trabalhadores um comício de luta pelo reforço da Unidade dos trabalhadores em defesa da Unidade Sindical, pelo combate aos despedimentos, pelo congelamento dos preços, pela nacionalização da banca. A convocação partiu da União dos Sindicatos do Porto e teve o apoio do M. E. S. P. C. P., M. D. P. e F. S. P.

A posição do M. E. S. face à actual situação política e às actuais tarefas principais foram defendidas pelo nosso camarada Galamba de Oliveira, que a seguir transcrevemos.

A situação actual, entre nós, é uma situação de crise política e económica, é uma situação de dominação da burguesia sobre a classe operária e o povo trabalhador.

Vivemos uma situação em que há já mais de 100 000 trabalhadores desempregados, o custo de vida sobe de uma maneira propalante e sucedem as fraudes financeiras, a fuga dos patrões e o pagamento dos salários.

Vivemos uma situação em que forças políticas representadas no Governo Provisório estão decisivamente empenhadas numa estabilização política obtida à custa da repressão e do amordaçamento da classe operária e seus aliados e numa estabilização económica obtida à custa do esforço redobrado e da miséria dos trabalhadores. Vivemos uma situação em que o M. F. A. se apresenta como centro fundamental deste poder político dividido e ainda mostra capacidade para tomar medidas que, impulsionadas e apoiadas pelas massas trabalhadoras e pelas forças revolucionárias poderão criar condições progressivamente mais favoráveis à luta dos explorados e oprimidos.

Construir a unidade

Falhado o golpe de Palma Carlos, falhado o 28 de Setembro, de novo as forças reaccionárias investem, obrigando os trabalhadores e os seus aliados a fazerem uma opção de classe em torno da Unidade Sindical.

No actual momento político, defender a unidade sindical na lei é defender os interesses dos trabalhadores, é lutar contra as infiltrações burguesas e paternas no seio do movimento sindical. No actual momento político não defender ou atacar a unidade sindical na lei é abrir as portas ao pluralismo sindical, é tentar controlar partidariamente os sindicatos; é fazer o jogo da burguesia dividindo os trabalhadores. As forças políticas defensoras dos interesses burgueses e capitalistas, todas as forças reaccionárias atacam agora a unidade sindical falando em liberdade, unidade e democracia. No actual momento político todos os reaccionários correram a unir-se atacando a unidade dos trabalhadores em nome de uma falsa unidade, liberdade e democracia com as quais desde sempre se encobriram para calcar os trabalhadores.

O M.E.S. entende que a liberdade, a unidade e a democracia dos trabalhado-

res e dos seus aliados nada têm que ver com essas palavras quando os reaccionários as agitam e que na boca deles só querem significar a exploração que bem conhecemos.

O M.E.S. defende a unidade porque luta pela unidade. O que eles querem, as forças políticas que representam o patronato, os capitalistas e a burguesia é dividir para reinar. É dividir para enfraquecer a organização dos trabalhadores; é dividir para fazer pagar aos trabalhadores, à custa de sacrifícios, da miséria e da exploração, a crise que através do capitalismo nacional e internacional; é dividir para derrotar a classe operária e os seus aliados na luta que todos os dias travam contra a opressão e exploração capitalistas!

É isto que queremos e defendemos? Não, não é!

O que queremos é a unidade da classe operária e dos trabalhadores! O que queremos é a unidade sindical de classe! Por isso é que queremos uma organização sindical única, forte e coesa, com ampla democracia interna, que defenda os interesses de classe dos trabalhadores contra as infiltrações do patronato e da burguesia.

É isto ou não é o que queremos e defendemos? É!

O M.E.S. defende a unidade porque luta pela liberdade.

O que eles querem, as forças políticas que representam o patronato, os capitalistas e a burguesia, é fazer despedimentos, é aumentar os ritmos e cargas de trabalho, é fazer subir o custo de vida, é não cumprir os contratos colectivos, é não pagar os salários, é fechar as fábricas, e cometer fraudes financeiras, é fugir para o estrangeiro com a massa! O que eles querem é explorar cada vez mais e melhor!

Sindicatos independentes de partidos

É isto que queremos e defendemos? Não, não é! O que queremos é sindicatos independentes dos partidos políticos, do Estado e das organizações sindicais internacionais existentes!

É isto ou não é o que queremos e defendemos? É!

O M.E.S. defende a unidade, porque luta pela democracia.

O que eles querem, as forças políticas que representam o patronato, os capitalistas e a burguesia é mascarar a reacção capitalista como democracia. Vestem roupas democráticas e até socialistas, com

o fim de restabelecer o total domínio económico e político sobre a classe operária e o povo trabalhador.

É isto que queremos e defendemos? Não, não é!

Democracia sindical

O que queremos é a democracia sindical, é a democracia dos trabalhadores! O que queremos é sindicatos com ampla democracia interna, sem controlos partidários e sectarismos políticos, onde se possam fazer ouvir todas as correntes de opinião operária. O que queremos é o reconhecimento dos delegados sindicais eleitos pelos seus camaradas de trabalho, pois só assim os órgãos superiores podem verdadeiramente representar os trabalhadores. O que queremos é o reconhecimento dos comités de trabalhadores de fábrica e de empresa, pois só assim se opõe verdadeiramente ao poder do patronato e dos capitalistas o poder dos trabalhadores. O que queremos são amplas e frequentes assembleias de trabalhadores, pois só assim os trabalhadores são capazes de controlar eficazmente a vida dos seus sindicatos, só assim os trabalhadores são capazes de assegurar que se cumpre e decide segundo o querer e a vontade dos trabalhadores!

É isto ou não é o que

queremos e defendemos? É!

O que queremos é o reconhecimento dos comités de trabalhadores de fábrica e de empresa, pois só assim se opõe verdadeiramente ao poder do patronato e dos capitalistas o poder dos trabalhadores. O que queremos são amplas e frequentes assembleias de trabalhadores, pois só assim os trabalhadores são capazes de controlar eficazmente a vida dos seus sindicatos, só assim os trabalhadores são capazes de assegurar que se cumpre e decide segundo o querer e a vontade dos trabalhadores!

É isto ou não é o que

queremos e defendemos? É!

O que queremos é o reconhecimento dos comités de trabalhadores de fábrica e de empresa, pois só assim se opõe verdadeiramente ao poder do patronato e dos capitalistas o poder dos trabalhadores. O que queremos são amplas e frequentes assembleias de trabalhadores, pois só assim os trabalhadores são capazes de controlar eficazmente a vida dos seus sindicatos, só assim os trabalhadores são capazes de assegurar que se cumpre e decide segundo o querer e a vontade dos trabalhadores!

O que queremos é o reconhecimento dos comités de trabalhadores de fábrica e de empresa, pois só assim se opõe verdadeiramente ao poder do patronato e dos capitalistas o poder dos trabalhadores. O que queremos são amplas e frequentes assembleias de trabalhadores, pois só assim os trabalhadores são capazes de controlar eficazmente a vida dos seus sindicatos, só assim os trabalhadores são capazes de assegurar que se cumpre e decide segundo o querer e a vontade dos trabalhadores!

O que queremos é o reconhecimento dos comités de trabalhadores de fábrica e de empresa, pois só assim se opõe verdadeiramente ao poder do patronato e dos capitalistas o poder dos trabalhadores. O que queremos são amplas e frequentes assembleias de trabalhadores, pois só assim os trabalhadores são capazes de controlar eficazmente a vida dos seus sindicatos, só assim os trabalhadores são capazes de assegurar que se cumpre e decide segundo o querer e a vontade dos trabalhadores!

O que queremos é o reconhecimento dos comités de trabalhadores de fábrica e de empresa, pois só assim se opõe verdadeiramente ao poder do patronato e dos capitalistas o poder dos trabalhadores. O que queremos são amplas e frequentes assembleias de trabalhadores, pois só assim os trabalhadores são capazes de controlar eficazmente a vida dos seus sindicatos, só assim os trabalhadores são capazes de assegurar que se cumpre e decide segundo o querer e a vontade dos trabalhadores!

O que queremos é o reconhecimento dos comités de trabalhadores de fábrica e de empresa, pois só assim se opõe verdadeiramente ao poder do patronato e dos capitalistas o poder dos trabalhadores. O que queremos são amplas e frequentes assembleias de trabalhadores, pois só assim os trabalhadores são capazes de controlar eficazmente a vida dos seus sindicatos, só assim os trabalhadores são capazes de assegurar que se cumpre e decide segundo o querer e a vontade dos trabalhadores!

O que queremos é o reconhecimento dos comités de trabalhadores de fábrica e de empresa, pois só assim se opõe verdadeiramente ao poder do patronato e dos capitalistas o poder dos trabalhadores. O que queremos são amplas e frequentes assembleias de trabalhadores, pois só assim os trabalhadores são capazes de controlar eficazmente a vida dos seus sindicatos, só assim os trabalhadores são capazes de assegurar que se cumpre e decide segundo o querer e a vontade dos trabalhadores!

O que queremos é o reconhecimento dos comités de trabalhadores de fábrica e de empresa, pois só assim se opõe verdadeiramente ao poder do patronato e dos capitalistas o poder dos trabalhadores. O que queremos são amplas e frequentes assembleias de trabalhadores, pois só assim os trabalhadores são capazes de controlar eficazmente a vida dos seus sindicatos, só assim os trabalhadores são capazes de assegurar que se cumpre e decide segundo o querer e a vontade dos trabalhadores!

O que queremos é o reconhecimento dos comités de trabalhadores de fábrica e de empresa, pois só assim se opõe verdadeiramente ao poder do patronato e dos capitalistas o poder dos trabalhadores. O que queremos são amplas e frequentes assembleias de trabalhadores, pois só assim os trabalhadores são capazes de controlar eficazmente a vida dos seus sindicatos, só assim os trabalhadores são capazes de assegurar que se cumpre e decide segundo o querer e a vontade dos trabalhadores!

O que queremos é o reconhecimento dos comités de trabalhadores de fábrica e de empresa, pois só assim se opõe verdadeiramente ao poder do patronato e dos capitalistas o poder dos trabalhadores. O que queremos são amplas e frequentes assembleias de trabalhadores, pois só assim os trabalhadores são capazes de controlar eficazmente a vida dos seus sindicatos, só assim os trabalhadores são capazes de assegurar que se cumpre e decide segundo o querer e a vontade dos trabalhadores!

queremos e defendemos? É!

A defesa da unidade sindical é portanto um primeiro passo no combate decisivo que travamos contra o patronato e o poder dos capitalistas. Defender hoje não apenas a unidade sindical na lei mas também normas que garantam a democraticidade interna dos sindicatos, é defender a construção de um verdadeiro sindicalismo de classe onde a unidade sindical aponta o caminho que interessa construir: a unidade de um movimento sindical, com ampla democracia interna, coeso na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, capaz de resistir ao patronato e ao poder do capitalismo, capaz de favorecer a unidade da classe operária e dos seus aliados na luta pelo socialismo!

É urgente pois, que a classe operária e outros assalariados, os trabalhadores rurais, renteiros e pequiños, proprietários rurais, os estudantes e intelectuais progressistas e outras camadas oprimidas pelo capitalismo tomem a iniciativa de lutar por medidas claramente anticapitalistas para que não sejam mais uma vez os trabalhadores a ter que pagar com o seu sacrifício e a sua miséria a crise provocada pelos exploradores capitalistas. É urgente reivindicar e

lutar pelos seguintes objectivos imediatos: impedir os despedimentos, proibição do «lock-out» e revogação da lei da greve, nacionalização controlada pelos trabalhadores da banca privada e companhias de seguros, nacionalização dos sectores industriais básicos e de todas as empresas nacionais e estrangeiras que efectuem despedimentos colectivos, nacionalização do comércio interno por grosso e do comércio externo, uma política de reforma agrária ao serviço dos trabalhadores do campo e da cidade, com a expropriação dos grandes latifúndios, uma política habitacional sistematizada. Só a movimentação dos trabalhadores, organizada, coesos e determinados a lutar por medidas que vão contra o poder do capital pode fazer vingar soluções, a que o M.F.A. terá de corresponder, e que signifiquem um avanço dos trabalhadores para o socialismo!

Contra os despedimentos/Contra o aumento de custo de vida/Contra as manobras divisionistas do patronato/Contra a exploração capitalista!
Viva a unidade sindical! Viva a democracia sindical! Viva o apoio do M.F.A. às lutas dos trabalhadores! Viva a unidade da classe operária e dos trabalhadores! Viva o SOCIALISMO!

Realizou-se no passado domingo 26 em Beja a Segunda Assembleia de Delegados Sindicais dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja.

Durante a primeira parte dos trabalhos os delegados concelhios deram conhecimento dos casos de sabotagem existentes nos respectivos concelhos (os agrários estão a deixar morrer o gado de fome, não apanham a azeitona, semeiam cevada em terras propícias ao cultivo do trigo, etc.), e do número de trabalhadores rurais desempregados, cerca de quatro mil em todo o distrito, situação que tende a piorar nas próximas semanas, pois a apanha da azeitona está praticamente no fim.

Na segunda parte da reunião foi deliberado tomar as seguintes medidas concretas: ocupação das propriedades mal exploradas por parte dos trabalhadores rurais desempregados. Caso os agrários não pagarem os respectivos salários no fim da semana, então os trabalhadores avançarão para as expropriações.

Foi também resolvido efectuar uma grande manifestação em Beja, no próximo domingo dia 2 de Fevereiro, nela tomando parte trabalhadores agrícolas de todas as freguesias do distrito, a fim de exigir a imediata expropriação dos latifúndios e uma reforma agrária.

O Esquerda Socialista, no próximo número fará uma reportagem desta manifestação.

O M.E.S. levou a cabo um comício, em Viana do Castelo, onde estiveram presentes cerca de 500 pessoas e onde foi apresentado o programa do Movimento, assim como considerações sobre a situação política actual, medidas a tomar e problemas sindicais.

Também em Setúbal, teve lugar sob os mesmos temas, um comício do Movimento de Esquerda Socialista que reuniu 600 trabalhadores.

Em ambos os casos se registou o vivo interesse dos participantes que com intervenções e debates, souberam enriquecer as questões apresentadas.

COMÍCIOS DO M.E.S.

Braga Quinta-feira, dia 30, às 21,30 no Teatro Circo
Serra Domingo, dia 26, organizado pelo SORBA do M.E.S.

Cuba Quarta-feira, dia 29, organizado pelo SORBA do M.E.S.

Caldas da Rainha Sexta-feira, dia 31

Oeiras: a luta pela habitação

Um grupo de Comissões de Moradores de Linda-a-Velha apresentou ao IV Plenário dos Moradores da Freguesia de Carnaxide, Concelho de Oeiras (26/1/75), uma moção que avança no sentido de reivindicar ao Governo a publicação de leis que levem à prática urgente realojamento de todos os trabalhadores que vivem em miseráveis e difíceis condições de habitação.

A moção, que foi calorosamente recebida e aprovada por aclamação na assembleia, continui por parte dos trabalhadores uma manifestação de forte consciência da sua situação de explorados pelo capitalismo, do direito à satisfação das suas necessidades e da sua força quando organizados.

Na reivindicação apresentada, ressalta a perspectiva de fazer recair so-

bre os capitalistas os custos da crise do seu sistema de exploração e evitar assim que sejam os trabalhadores que venham a pagar à custa do seu trabalho, da sua miséria, a crise do capitalismo português.

É uma moção aprovada: Por o direito à habitação digna é um direito fundamental de todos os trabalhadores;

Porque no nosso país milhares de trabalhadores têm vívido explorados e continuam em condições sub-humanas em bairros degradados;

Porque é urgente o realojamento de todos os trabalhadores que assim vivem e a construção de bairros em que possam viver e não somente sobreviver;

Porque o realojamento, de acordo com o processo revolucionário em curso no nosso país, tem de ter por base e desenvolver um pro-

cesso de promoção total das camadas da população mais exploradas e oprimidas;

Porque é tão importante e urgente o realojamento não se pode compadecer com hesitações legalistas e demoras burocráticas;

Não vimos dirigir, ao Governo e aos mais responsáveis pela resolução destes problemas, um apelo para que:

Não haja mais demoras em publicar e levar à prática todas as leis necessárias ao processo de realojamento, sobretudo no que respeita à Expropriação de Terrenos e ao Financiamento para a Construção dos novos Bairros!

Que esta legislação urgente defenda de facto os interesses e a vontade dos trabalhadores e não recaiam sobre eles os encargos, mas sim sobre os capitalistas exploradores!



Grão-Pará - Fim do turismo de privilégio!

A organização dos trabalhadores nas empresas e a criação de comissões representativas tem permitido ultrapassar situações graves e avançar propostas globais para novos sistemas de administração onde a nacionalização aparece como etapa lógica e necessária no estágio imediato da luta.

A acção criativa dos trabalhadores não tem, no entanto, estagnado na conclusão passiva das necessidades de intervenção estatal.

E caso exemplar de capacidade de autonomia e criatividade a acção desenvolvida pelos operários madeireiros do Grão Pará, bem como de outros trabalhadores da MATUR.

Ocupados os locais de trabalho, promovendo agora a adequação dos serviços, quer a uma maior economia e aproveitamento do equipamento, quer para o alargamento dos produtos do seu trabalho ao consumo de camadas sociais menos restritas.

Fazem-no, os serviços hoteleiros, pondo as viaturas outrora só utilizadas para o transporte de hóspedes a circular mais utilmente na ilha.

Fazem-nos abrindo o luxuoso Holiday Inn a contratos mais acessíveis e adaptando a sua cozinha a estômagos menos doentios.

A extravagância e exotismo, o luxo e a exorbitância, que são regra geral nos investimentos hoteleiros eram uma forma eficaz de incrementar o convívio entre ciclos financeiros e especulativos não esquecendo, claro está, o lucro directo que os altos preços permitiam.

Neste sentido a acção dos trabalhadores reflecte

para além da justa vontade de ver os seus salários pagos mensalmente, a consciência do interesse social que o fruto do seu trabalho pode ou não revestir.

A norma que tem presidido até aqui ao investimento turístico liga-se necessariamente a uma perspectiva política global onde se integram concepções específicas

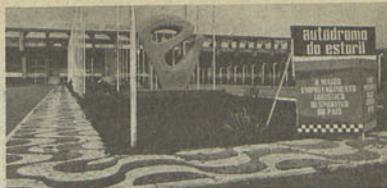


cas sobre o trabalho, o quotidiano e o lazer.

Destroei-se muitas vezes o meio-ambiente de muitos para dar a poucos os prazeres do sossego, do isolamento, das «boas visitas», etc., sendo sabido que a grande maioria trabalhadora não tem acesso nem a tais empreendimentos nem sequer ao tempo dis-

ponível.

Enormes os monstros de luxo, hotéis e boites, bares e piscinas, casinos e cantadas, cercam, pisam e não aproveitam ao dia-a-dia dos tantos que, sem descansos, sem locais de convívio e muitas vezes de habitação coexistem com os Holiday Inn deste país. Os trabalhadores do Tu-



rismo e outros devem ser forçadas activas na modificação destas estruturas, pois que na luta pela nacionalização das empresas e melhoria das condições

de trabalho pode integrar-se a discussão das funções sociais e implicações políticas do trabalho produzido.

O E.S. está também inte-

ressado em avançar com matéria neste campo que é o da relação, no quotidiano, do trabalho e do lazer necessariamente determinadas às relações na produção, o que é dizer, (aqui e agora) à exploração capitalista e às tónicas ideológicas burguesas.

Eleições em estatísticas

No INE abriu-se um período de eleição para a Comissão Sindical. Deste modo se abre a discussão acerca da organização sindical dos trabalhadores da função pública, o que coloca na ordem do dia as perspectivas e os objectivos da luta dos trabalhadores do INE; assim, surge a necessidade de perspectivar a actual situação portuguesa e o papel dos trabalhadores na compreensão e transformação da vida portuguesa.

A lista A avança contributos importantes na análise e perspectivas desta questão. Eis pois algumas passagens mais importantes: «A luta dos trabalhadores para porem aquilo que produzem — que é toda a produção — ao seu serviço, não existe por mero ideal, mas decorre da necessida-

de objectiva de transformar o desenvolvimento desordenado do capitalismo, numa produção socialista ao serviço das necessidades da classe trabalhadora.

Apesar dos trabalhadores do INE, não estarem directamente ligados à produção material, isto é com o seu trabalho nada acrescentam ao valor das coisas, não quer dizer que os seus interesses não sejam os mesmos daqueles que estão directamente ligados a essa produção material. Esta identidade de interesses neste momento deverá ser demonstrada a dois níveis;

— A nível político, com o apoio dado às lutas anti-capitalistas desenvolvidas em diversos sectores e com uma consciencialização e organização de classe.

— A nível da própria

produção estatística pondo-a ao serviço dos interesses da classe trabalhadora. E ISTO PORQUE?

Porque a estatística no sistema capitalista tem por objectivo dissimular a exploração própria desse sistema, mascarar as condições próprias dessa sociedade, através de estratégias gamas metodológicas e da falsificação dos dados.

Neste momento em Portugal ainda não se deu objectivamente qualquer passo no sentido de uma estatística pelo menos diferente da do tempo da «velha senhora». Tem-se unicamente exigido uma maior produtividade no âmbito de uma estatística «velha».

Apresentando algumas propostas concretas de transformação do trabalho de estatísticas no sentido de combater a dispersão

existente nos diversos serviços e departamentos do Estado e no sentido de fixar claramente os objectivos de recolha estatística, o documento conclui:

«Será portanto urgente que os trabalhadores do INE se debrucem sobre o verdadeiro conteúdo da nossa estatística e pó-la efectivamente ao serviço daqueles que trabalham.

«Conseguido isto, é necessário levar os resultados aos outros trabalhadores, popularizá-los, de modo a que os trabalhadores tenham mais uma via para conhecer a sociedade em que vivem e lhes permita a futura planificação económica na sociedade socialista.»

os incidentes do Congresso do C.D.S.

Convocada pelas organizações Juventude Socialista (J. S.), Liga Comunista Internacionalista (L. C. I.), Liga de União e Acção Revolucionária (L. U. A. R.), Partido Revolucionário do Proletariado (P. R. P.-B. R.) e Movimento de Esquerda Socialista (M. E. S.) realizou-se hoje uma manifestação, marcada para as 15 horas e 30, com o objectivo de efectuar uma denúncia e um protesto de massas contra o carácter fascista do C. D. S.

Agredindo alguns milhares de pessoas, essa manifestação propôs-se denunciar o C. D. S., como vanguarda fascista herdeira de 48 anos, sem ceder a qualquer pressão exterior que fomentasse uma resposta infantil e minoritária à provocação fascista.

Foi firme propósito do M. E. S. quando, com outras organizações, promoveu esta manifestação não favorecer ou fomentar — no

momento em que as forças políticas reaccionárias se reagrupam com intensa ferocidade anticomunista — qualquer rutura no interior das forças progressistas e nomeadamente, para nós Movimento de Esquerda Socialista, no interior do M. F.A. que intentasse isolar o seusectormaisprogressista. No entanto, houve organizações, que não as convocantes e que se autoprolamam de vanguardas do proletariado, que começaram por provocatoriamente pretender desvirtuar o comício prévio à nossa manifestação. Tentando perturbar o decurso desta, vieram, em manifestação própria, juntar-se à manifestação, por nós convocada, quando da sua concentração no exterior do Palácio de Cristal.

Quando decorria a manifestação convocada pela L. C. I., L. U. A. R., P. R. P.-B. R., J. S. e M. E. S., elementos da manifestação inicia-

da às 17 horas confrontaram-se com as forças policiais seguindo-se uma condenável e feroz acção repressiva por parte das forças policiais que, mais uma vez insistentemente, devem ser completamente neutralizadas.

De uma forma infantil, própria ao enraivecimento pequenoburguês, estes manifestantes substituíram a análise da situação de classe e das relações de força pela heroicidade gestual e aventureirista, pretendendo instrumentalizar massas populares para a confrontação com as Forças Armadas, num momento em que — para as dividir — é também esse o interesse dos reaccionários.

Esta acção é tanto mais impensada, quanto desde a hierarquia reaccionária da Igreja, aos partidos fascistas, passando pelos partidos burgueses da coligação governamental, todos convergem, neste

momento, no mesmo combate contra os interesses dos trabalhadores.

Contrariamente a dúvidas que possam surgir, pela sucessão temporal das manifestações, o Movimento de Esquerda Socialista nada tem a ver com esta confrontação que denota incapacidade para uma acção de massas consequente e que leva alguns grupos radicais, desligados do processo da luta de classes, a tomarem a responsabilidade de acções isoladas e desesperadas enfraquecendo o avanço das forças progressistas.

Exigindo inequivocamente a proibição do Congresso do C. D. S. e a imediata dissolução de todas as organizações fascistas entendemos, embora, que neste momento as medidas de repúdio não podem de qualquer maneira contribuir para divisões no seio das forças progressistas.

Tomaremos, pois, todas

as medidas para evitar situações que permitam aos conspiradores do C. D. S. e outros, apresentar uma

falsa imagem de ponderação e democracia que encobre a sua verdadeira face fascista.

- CONTRA A REORGANIZAÇÃO DOS FASCISTAS
- PELA DISSOLUÇÃO E PROIBIÇÃO DOS PARTIDOS FASCISTAS
- PELO SOCIALISMO

O Secretariado da Organização Regional do Porto do Movimento de Esquerda Socialista

Esquerda Socialista

Assinatura

6 meses — 75\$00 12 meses — 150\$00 apoio — 300\$00

Estrangeiro (Europa) — 275\$00

Nome

Morada

Profissão

ADMINISTRAÇÃO/REDACÇÃO
Rua Rodrigues Sampaio 79, r/c, Lisboa, telef. 535438

C. T. T. da greve à Lista "B"

Tiveram lugar no passado dia 11 de Janeiro as eleições para o Secretariado Nacional Provisório do Sindicato dos Trabalhadores dos C.T.T. Estas eleições culminaram todo um processo de luta levado a efeito pela Comissão Pró-Sindicato que desde Maio de 74 tem conduzido todo o processo reivindicativo dos trabalhadores dos C.T.T., para além de organizar um sindicato no qual se possam associar não só os trabalhadores dos C.T.T. mas também todos os trabalhadores de outras empresas afins (T.L.P. Marconis). Dai o nome do novo sindicato: Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (S.T.C.T.).

As eleições concorreram duas listas: a lista A, e a lista B da qual constavam sete elementos da Comissão Pró-Sindicato.

Do programa da lista B, «Unidade Sindical», extraímos a seguinte passagem:

«Constituímos um grupo de trabalhadores que se candidata ao Secretariado Nacional. Organizamo-nos ao longo de todo o processo de luta dos trabalhadores dos C.T.T. por melhores condições de vida e trabalho, contra o fascismo, contra a exploração capitalista.

«Lutaremos na defesa dos interesses dos trabalhadores dos C.T.T., compreendidos no âmbito mais geral de luta de todos os oprimidos pelo fim da condição de explorados e exploradores. Comprometemo-nos a defender intransigentemente os interesses de todos no seu conjunto e, sempre que não se oponha à unidade colectiva, de cada um em particular.»

As eleições, que tiveram larga afluência de eleitores, constituíram por isso mesmo, uma autêntica demonstração da capacidade organizativa dos trabalhadores dos C.T.T., da Comissão Pró-Sindicato e da Comissão Eleitoral que preparou o processo eleitoral.

Constituíram, além disso, uma completa adesão dos trabalhadores ao sindicato e uma resposta firme às manobras divisionistas tentadas por pequenos grupos elitários que tentam forjar a divisão entre os trabalhadores da parte postal e os da parte de telecomunicações.

Os resultados finais das eleições, que significaram uma rotunda e expressiva vitória da lista B sobre a lista A (ligada às forças reformistas), foram os seguintes: Total de trabalhadores, 27 000; Eleitores (re-censados), 24 478; Voto

directo, 13 291; Voto por correspondência, 7217; Votos pela lista A, 5193 (25,3 por cento); Votos pela lista B, 13 328 (65 por cento); Votos em abstenção, 1371 (6,7 por cento); Votos nulos, 616 (3 por cento); Não votaram, 3970.

A vitória da lista B do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, além de ser mais uma vitória a caminho da Unidade Sindical, é, sobretudo, uma vitória daqueles que dentro dela pretendem como tarefa fundamental desenvolver um verdadeiro sindicalista da classe e a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores. Ora esta orientação só pode ser assegurada através do controlo das direcções pelos trabalhadores, através da eleição dos delegados sindicais pelas bases, através do apartidarismo dos sindicatos e da derrota de todos os dirigismos.

Na verdade a lista B propõe-se fundamentalmente continuar o trabalho que a Comissão Pró-Sindicato desenvolve desde Maio. A sua significativa vitória exprime a confirmação da linha que tem sido seguida até aqui a qual foi esclarecedor o comunicado onde de uma maneira crítica a C.P.S. declara a sua participação na manifestação a favor da Unidade Sindical:

«Somos por uma central sindical única que represente efectivamente os interesses dos trabalhadores, em que as decisões sejam realmente tomadas pelos trabalhadores, em que a direcção seja por eles eleita e controlada.

«E somos por uma central sindical única pois a força social dos trabalhadores reside no seu número, mas só a sua organização permitirá transformar essa força numa arma contra a exploração de que são vítimas por parte das classes dominantes.

«Na intersindical encontram-se sindicatos que englobam a maioria dos trabalhadores portugueses. Só solidariamente com todos os trabalhadores, só junto dos trabalhadores que se encontram na intersindical se poderão combater falsos conceitos de unidade que tendem conciliar os interesses da maioria com os das elites reaccionárias, ou que tentem levar a reboque de cúpulas dirigistas a esmagadora maioria dos trabalhadores.

«Estivemos com a intersindical no «28 de Setembro» quando esta organizou a luta dos trabalhadores contra a tentativa abortada do golpe fascista.

«Não estivemos com a intersindical quando esta não apoiou algumas das lutas dos trabalhadores como a dos C.T.T., da Lisnave, da T.A.P. e outras, quando não se pronunciou activamente contra a lei antigreve, contra a lei restrictiva da liberdade de manifestação.

Defender o pluralismo sindical seria defender a divisão dos trabalhadores, seria defender a possibilidade de existência de centrais «amarelas» controladas pelos exploradores.

«Lutaremos por uma central sindical única que seja um órgão de luta e unidade de todos os trabalhadores contra a exploração capitalista.

Apoiamos o M.F.A. no «25 de Abril». O M.F.A. esteve conhecido no «28 de Setembro». Apoiamos o sector progressista do M.F.A. estamos com os soldados e marinheiros, trabalhadores fardados. Sabemos que o saneamento não está ainda completo nas Forças Armadas. Não estivemos com as Forças Armadas quando estas se preparavam para ocupar os C.T.T., quando ocuparam a T.A.P., quando se tentaram opor à manifestação dos operários da Lisnave. Não podemos estar com as forças não progressistas que ainda subsistem no seio das Forças Armadas.

«Somos contra os monopólios, contra os despedimentos, pois os monopólios fazem parte do sistema capitalista e o capitalismo é um sistema explorador que usa os despedimentos para ter mão-de-obra barata ao seu dispor. Portanto, nós lutamos contra os despedimentos, mas sabemos que este

problema não se resolve apenas com o fim dos monopólios, mas sim com o fim do sistema capitalista. Esta é a verdade, o resto é enganar o povo.

«Somos contra os monopólios, os latifúndios, e Banca privada. Somos contra a actual organização da sociedade em que uma minoria explora a esmagadora maioria, a população trabalhadora. Somos pelas nacionalizações, desde que elas conduzam a uma sociedade sem exploração. Somos contra as nacionalizações se elas originarem novos privilégios para uma minoria que ocupa o aparelho de Estado. Somos contra o capitalismo monopolista, quer privado quer de Estado, sistema donde poderá sempre renascer o fascismo.»

Importante factor de formação e esclarecimento dos trabalhadores dos C.T.T., foi por certo a greve levada a cabo em Junho. Ela serviu para mostrar quem estava efectivamente disposto a levar para a frente a luta contra a exploração, pelo saneamento, etc.

Não é por acaso que alguns dos vencidos de hoje são os mesmos que ontem não aderiram e tentaram

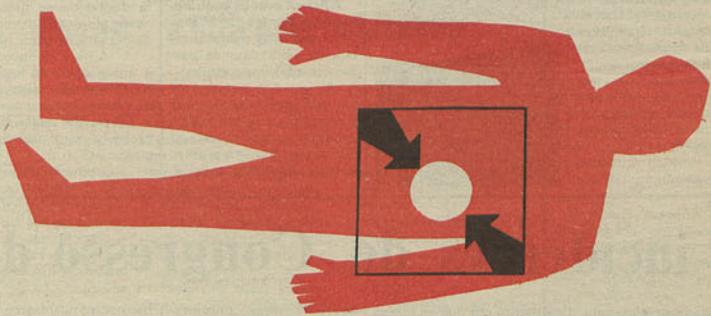


boicotar aquela greve; aqueles que pretendiam organizar um sindicato paralelo para as Telecomunicações (SINTEL), um sindicato que permitisse manter a situação de privilégio de alguns.

A maciça participação nas eleições por parte de todos os trabalhadores, incluindo os das Telecomunicações é a inequívoca afirmação da vontade de um sindicato único sobretudo tendo em conta as mano-

bras dos partidários do SINTEL que tentaram dificultar o recenseamento e exercer pressões sobre os trabalhadores para que não aderissem ao S.P.C.T.

Os outros vencidos, são, obviamente, os componentes da lista A, de orientação reformista que, em obediência a momentâneos interesses partidários, não hesitaram em apoiar a campanha de difamações então orquestrada contra aquela luta.



NÃO MAIS PROVOCAÇÕES FASCISTAS!

Face à provocação que representa para as forças progressistas a realização do Congresso do C.D.S., a Juventude Socialista, a Liga Comunista Internacionalista, a Liga de União e Acção Revolucionária, o Movimento de Esquerda Socialista e o Partido Revolucionário do Proletariado, decidiram em conjunto convocar uma manifestação. O comunicado/convocação amplamente distribuído no Porto explica as razões e os objectivos dessa manifestação:

«A realização no Porto do Congresso do C.D.S. faz parte de uma ofensiva da burguesia contra a classe operária no sentido de limitar os direitos democráti-

cos das massas através da tomada em mãos do controlo total sobre o aparelho de Estado. A burguesia escolheu este caminho pois já compreendeu que, face ao agravamento da situação económica e ao consequente reforço da unidade, da combatividade e da consciência política dos trabalhadores (bem expressas nas grandiosas greves e manifestações dos últimos tempos) ela necessita de modificar a sua forma de dominação política. Com essa alteração da forma de Governo a burguesia Pretende intensificar a exploração dos trabalhadores, atacar as suas condições de vida e de emprego e fazer pagar às massas trabalhadoras os custos da crise

que os próprios capitalistas vêm provocando.

A realização do Congresso do C.D.S. no Porto representa pois a clarificação de uma tática de ofensiva da reacção capitalista no actual momento político.

Esse facto acompanhado das manobras conjuntas de todos os sectores da burguesia contra os direitos dos trabalhadores, vejam-se as manobras para impor o chamado pluralismo sindical, na ordem do dia a necessidade, para as organizações operárias e revolucionárias, de uma efectiva Unidade de Acção Contra a Reacção.

que os próprios capitalistas vêm provocando.

A realização do Congresso do C.D.S. no Porto representa pois a clarificação de uma tática de ofensiva da reacção capitalista no actual momento político.

Esse facto acompanhado das manobras conjuntas de todos os sectores da burguesia contra os direitos dos trabalhadores, vejam-se as manobras para impor o chamado pluralismo sindical, na ordem do dia a necessidade, para as organizações operárias e revolucionárias, de uma efectiva Unidade de Acção Contra a Reacção.

É por isso que as organizações signatárias decidiram realizar uma acção unitária de protesto contra o

Congresso do C.D.S. consciente que essa acção corresponde às disposições de luta unitária das massas trabalhadoras.

Perfeitamente conscientes que na actual situação política é mais importante efectuar uma denúncia e um protesto de massas contra o carácter fascista do C.D.S. do que qualquer resposta minoritária e infantil à provocação fascista.

As organizações signatárias definem como objectivos preciosos desta acção unitária

CONTRA A REORGANIZAÇÃO DOS FASCISTAS PELA DISSOLUÇÃO E PROIBIÇÃO DOS PARTIDOS FASCISTAS